



BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

EDITAL

ALTERADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **016/2026** – BNDES

Classificação: Documento Controlado (conforme OS PRESI nº 01/2015 - BNDES)

Prazo da Restrição: até a data da disponibilização do Aviso de Licitação para publicação

Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES – Uso no Âmbito Interno

Unidade Gestora: AJI/JULIC/GLIC3



PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 016/2026

BNDES

OBJETO

Aquisição de solução de videoconferência para salas médias com sistema Microsoft Teams Room (MTR), abrangendo o fornecimento de equipamentos, acessórios e manuais técnicos, bem como serviços de instalação, configuração e garantia estendida, na modalidade Pregão Eletrônico, por menor preço global e modo de disputa aberto e fechado, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos, observados os seguintes Itens:

ITEM I – Solução MTR completa, incluindo instalação, garantia e treinamento, e microfones de expansão;

ITEM II – Licenças Microsoft Teams Room Pro.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA



DATA

25/06/2026



HORÁRIO

15h00min (horário de Brasília – DF)



LOCAL

www.gov.br/compras/pt-br

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

LEI COMPLEMENTAR Nº 123
14/12/2006

LEI Nº 13.709
14/08/2018

DECRETO Nº 8.538
06/10/2015

LEI Nº 13.303
30/06/2016

DECRETO Nº 8.945
27/12/2016

LEI Nº 14.133
01/04/2021**
**exclusivamente quanto ao rito da licitação, quando não for incompatível com o regime jurídico aplicado às empresas estatais.

IN SEGES/ME Nº 73
30/09/2021***
***exclusivamente quanto ao rito da licitação, quando não for incompatível com o regime jurídico aplicado às empresas estatais.



Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema BNDES, disponível no endereço eletrônico <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/licitacoes-contratos>

DÚVIDAS SOBRE O EDITAL

✉ licitacoes@bndes.gov.br

Em até **3 (três)** dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública

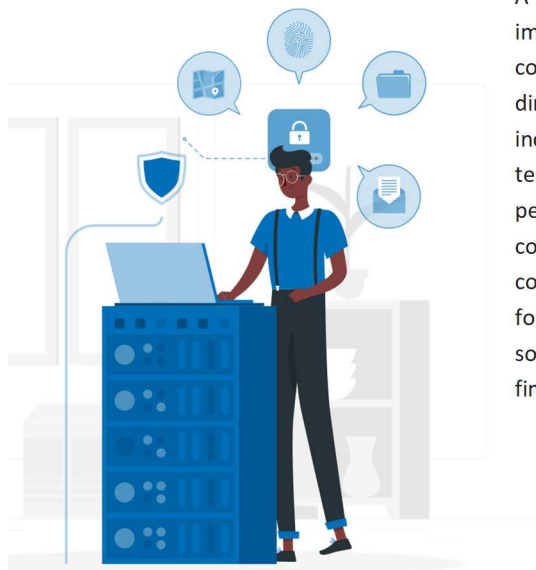
ATENÇÃO!

No campo "assunto" do e-mail devem ser inseridos:

- modalidade e

- número da licitação (Pregão Eletrônico nº **016/2026** – BNDES). As respostas serão divulgadas exclusivamente no Portal de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras/pt-br>).

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



A participação neste procedimento licitatório importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada ao Licitante, inclusive sócios, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornado públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pelo BNDES, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pelo BNDES dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

DÚVIDAS SOBRE O SISTEMA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Central de Serviços Serpro - CSS

✉ css.serpro@serpro.gov.br

☎ 0800-978-9001

Manual do Portal de Compras

<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais>

CRÍTICAS, RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS

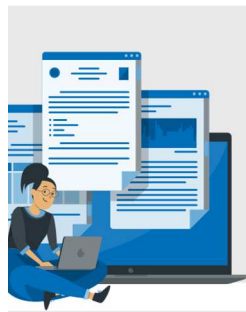
Ouvidoria do BNDES

Através de preenchimento do formulário disponível no endereço eletrônico www.bndes.gov.br/ouvidoria

✉ Caixa Postal 15054, CEP nº 20.031-120, Rio de Janeiro – RJ

☎ 0800-7026307

ETAPAS Pregão Eletrônico

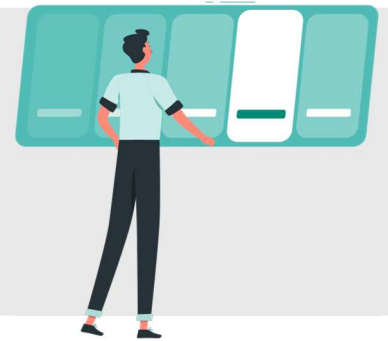


1 CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

Cadastre a sua proposta no Portal de Compras do Governo Federal e preencha as informações solicitadas.

2 ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Na data e horário designados se iniciará a fase de lances, em conformidade com os requisitos deste Edital e seus Anexos.

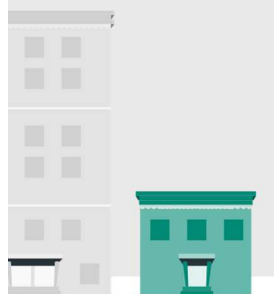


3 ORGANIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

O sistema ordenará automaticamente as propostas.

4 OFERTAS DE LANCES

Você poderá ofertar o seu lance, assim como os demais Licitantes.



5 DIREITO DE PREFERÊNCIA

É garantido, quando cabível, a:

Microempresas e empresas de pequeno porte.

Confira as regras na cláusula 4.7 deste Edital.

6 NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

O Pregoeiro encaminhará uma contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço.



7 PROPOSTA ADEQUADA AO LANCE FINAL

O Licitante de melhor lance apresentará a proposta adequada ao lance final ofertado em até 2h, a contar da solicitação do Pregoeiro.

8 ANÁLISE DOS VALORES

O Pregoeiro examinará a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado para a contratação.

Se incompatível, será convocado o próximo colocado.

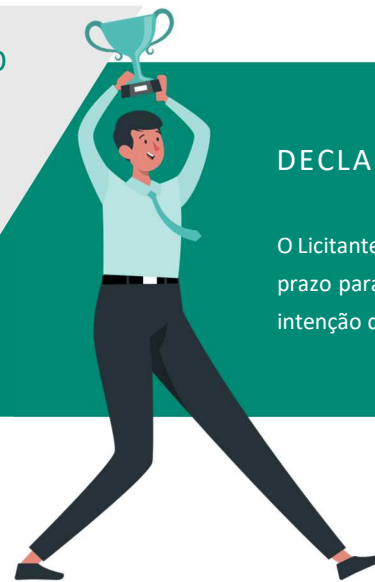


9 ANÁLISE DA HABILITAÇÃO

Aceita a proposta, o Pregoeiro analisará a habilitação.

Se incompatível, será convocado o próximo colocado.

Inversão de fases - a análise da habilitação pode ocorrer antes da proposta de valores. Confira a hipótese na cláusula 4.11.1 deste Edital.



DECLARAÇÃO DO VENCEDOR

O Licitante será declarado vencedor, abrindo-se prazo para que os outros possam manifestar a intenção de recorrer.

1
OBJETO

1.1 O presente Pregão visa à **aquisição de solução de videoconferência para salas médias com sistema Microsoft Teams Room (MTR), abrangendo o fornecimento de equipamentos, acessórios e manuais técnicos, bem como serviços de instalação, configuração e garantia estendida**, por **menor preço global** e modo de disputa **aberto e fechado**, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos, observados os seguintes itens:

ITEM I – Solução MTR completa, incluindo instalação, garantia e treinamento, e microfones de expansão - R\$ 3.774.409,01 (três milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e nove reais e um centavo)

ITEM II – Licenças Microsoft Teams Room Pro - R\$ 248.910,48 (duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e dez reais e quarenta e oito centavos)

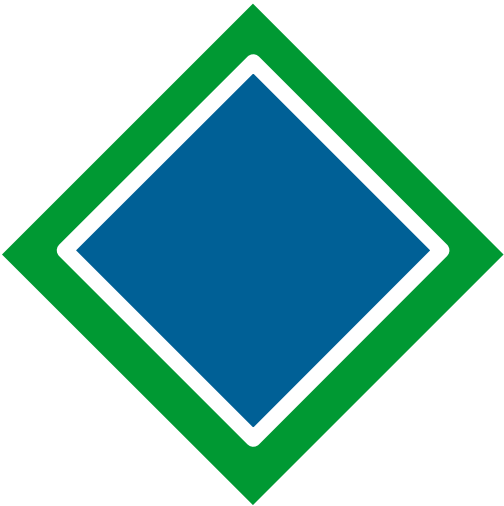
1.1.1 Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no Compras Governamentais e as constantes deste Edital e de seus Anexos, prevalecerão as últimas.

2
PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO


2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados cadastrados e habilitados parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF que atenderem às exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.

2.1.1 A inclusão dos documentos e/ou informações no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF é de inteira responsabilidade do Licitante, podendo ocasionar na sua desclassificação a ausência de qualquer documento exigido neste Edital.


2.2 Os interessados poderão participar do procedimento licitatório por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpram as condições exigidas para o cadastramento e a habilitação parcial no SICAF, bem como as exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.




2.3 Estará **impedido** de participar deste Pregão o interessado que:




I. tenha sofrido decretação de falência ou dissolução;




II. esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, nos termos do artigo 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016;




III. tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a União Federal, nos termos do artigo 38, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, ou esteja cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União Federal, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou do artigo 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;




IV. esteja proibido de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público, com fundamento em outros dispositivos legais não mencionados nos incisos II e III deste item;




V. se enquadre em alguma das demais vedações previstas na Lei nº 13.303/2016, notadamente em seu artigo 38;



VI. se enquadre em algumas das vedações previstas na Política para Transações com Partes Relacionadas das Empresas do Sistema BNDES (disponível no endereço eletrônico <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/regulamentos-politicas-corporativas/politica-para-transacoes-com-partes-relacionadas>) e na Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do Sistema BNDES (disponível no endereço eletrônico <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos/outras-politicas-e-regulamentos/politica-genero-diversidade>);



VII. possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Pregão; e



VIII. esteja organizado sob a forma de consórcio.

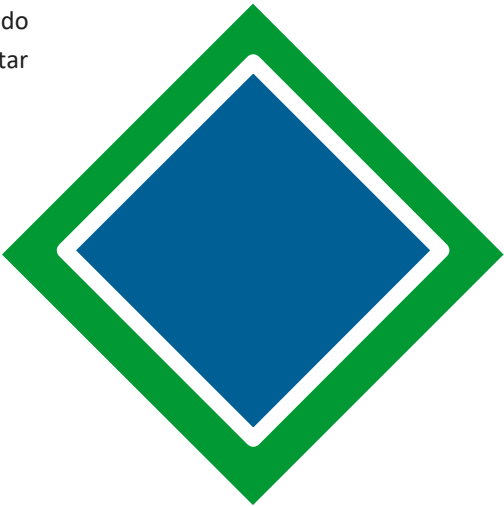
2.3.1 Para fins de cumprimento ao disposto no item 2.3 deste Edital, o Licitante **deverá apresentar**, juntamente com a proposta ajustada, nos termos do item 4.10 deste Edital, declaração conforme modelo A do Anexo V (Modelos de Declaração).

2.4 Será permitida a participação de sociedades optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, observadas as orientações dispostas nos itens a seguir.

2.4.1 O Licitante optante do Simples Nacional que vier a executar atividade vedada pelo artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006 não poderá beneficiar-se da condição de optante.

2.4.1.1 Na hipótese do item 2.4.1 deste Edital, uma vez celebrado o Contrato, o Contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.4.2 O Licitante optante do Simples Nacional, que não se enquadre em situação de vedação prevista no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006, somente poderá beneficiar-se de tal condição se, com o valor ofertado em sua proposta, não vier a exceder o limite de receita bruta anual, previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência do Contrato.



2.4.2.1 Se o Licitante optante do Simples Nacional extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ao longo da vigência do Contrato, uma vez sendo contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5 No âmbito do presente procedimento licitatório serão observadas as disposições constantes do artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.


2.6 Os interessados poderão, a seu critério, vistoriar as dependências do BNDES, até o último dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, com o objetivo de obter todas as informações relativas ao local e às condições de execução do objeto, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

3

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

3.1 O interessado em participar deste Pregão deverá, até a abertura da sessão pública, cadastrar sua proposta por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal.


3.2 No âmbito do cadastramento da proposta, o Licitante deverá preencher os campos relativos:

- 

I.

à descrição do objeto ofertado para o respectivo item;

a.

a inclusão, no Portal de Compras do Governo Federal, de qualquer dado que identifique o Licitante, no campo destinado à descrição do objeto ofertado, **acarretará sua desclassificação**;
- 


II.

ao valor global ofertado para o respectivo item, de acordo com as seguintes orientações:


a.

devem estar incluídas no referido valor todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado; e

b.

o valor deverá ser expresso em Real (R\$) com 2 (duas) casas decimais;
- 

III.

à UASG – 201014 e UF – Rio de Janeiro – RJ;
- 

IV.

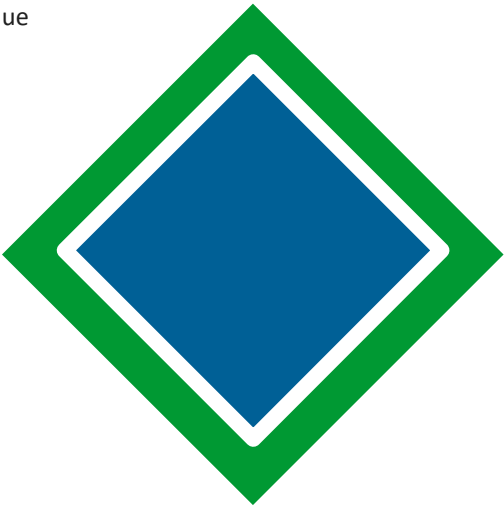
a quaisquer outras informações/declarações que venham a ser requeridas pelo Portal de Compras do Governo Federal.

3.3 A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.

3.4 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus Anexos.

3.5 O Licitante poderá retirar ou substituir a proposta inserida no Portal de Compras do Governo Federal até a abertura da sessão pública.

3.6 O cadastro da proposta no Portal de Compras do Governo Federal implica a aceitação integral e irretratável dos termos do presente Edital, não sendo admitidas alegações de desconhecimento de fatos e de condições que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto licitado.



4 SESSÃO PÚBLICA E FASE RECURSAL

4.1 Na data e no horário definidos no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema, observando-se que a verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

4.1.1 Sem prejuízo no disposto no item 4.1, será desclassificada a proposta que identifique o Licitante e/ou apresente valor simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os praticados no mercado e com os custos estimados para a execução do objeto.



4.2 As comunicações entre o Pregoeiro e os Licitantes serão realizadas por campo próprio do sistema, cabendo aos Licitantes acompanhar todas as operações realizadas no Portal de Compras do Governo Federal durante a sessão pública, sendo responsáveis pelo ônus decorrente da perda de transações, causada pela inobservância das mensagens e prazos registrados pelo sistema e pelo Pregoeiro, ou por sua desconexão.

4.3 Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro poderá suspendê-la, adiá-la ou reabri-la a qualquer momento, informando previamente os Licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

4.4 Iniciada a etapa de lances, a qual será realizada exclusivamente por meio do Portal de Compras do Governo Federal, deverão ser observadas as seguintes regras:



I. os lances deverão ser formulados considerando o valor global do objeto ofertado para o respectivo item;



II. o Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, ainda que superior ao menor registrado no sistema, observando-se, para o Item I, o intervalo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) entre os lances e, para o Item II, o intervalo mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;



III. lances simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os praticados no mercado e com os custos estimados para a execução do objeto, poderão ser excluídos do sistema pelo Pregoeiro;



IV. não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;



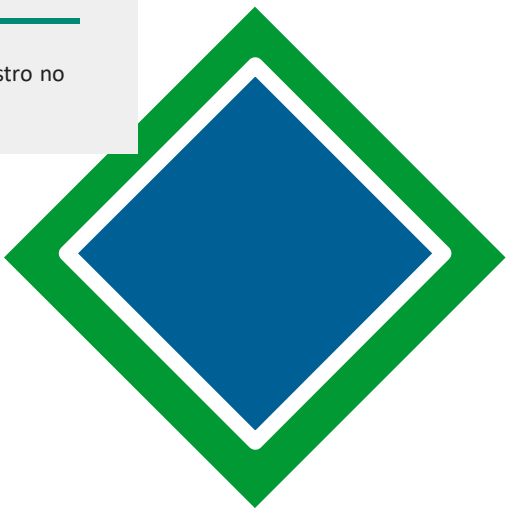
V. os lances deverão ser formulados considerando-se a necessidade de cumprimento das obrigações previstas neste Edital e em seus Anexos;



VI. durante a sessão pública os Licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do Licitante;



VII. o Licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.



4.5 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o Portal de Compras do Governo Federal permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5.1 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para o Pregoeiro, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no Portal de Compras do Governo Federal.

4.6 Considerando o modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances terá duração de 15 (quinze) minutos, após a qual o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

4.6.1 Após a etapa de encerramento aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.6.2 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 4.6.1, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

4.6.3 Nos procedimentos de que tratam os itens 4.6.1 e 4.6.2, o Licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance, observando-se que, ao final, os lances serão ordenados e divulgados pelo sistema.

4.7 Encerrada a etapa de lances, se o melhor lance não tiver sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior àquela, proceder-se-á da seguinte forma:



I. o sistema convocará a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada dentre aquelas enquadradas na condição prevista no *caput* deste item 4.7 para, no prazo de até 5 (cinco) minutos, ofertar valor inferior ao melhor lance;



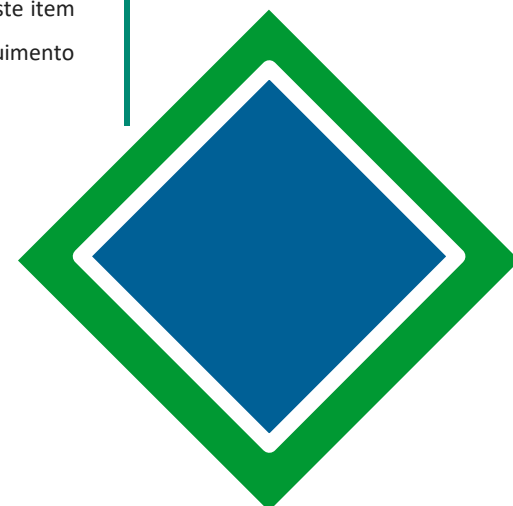
II. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;



III. na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte mencionada no inciso I deixar de oferecer valor inferior, o sistema convocará as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item 4.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



IV. na hipótese de todas as microempresas ou empresas de pequeno porte enquadradas na condição do *caput* deste item 4.7 deixarem de ofertar valor inferior, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública;





V. na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte ofertar valor inferior ao melhor lance, o Pregoeiro a convocará, dando prosseguimento à sessão pública.

4.7.1. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do Licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.7.2. O Licitante que se declarar microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e não possuir tal condição ficará sujeito à sanção administrativa prevista neste Edital, sem prejuízo da responsabilização em outras esferas, devendo-se observar ainda a restrição constante do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

4.7.3 O procedimento listado nos incisos do item 4.7 deste Edital será promovido pelo Pregoeiro, observada a ordem classificatória, sempre que o Licitante ofertante do melhor lance for desclassificado, inabilitado ou excluído deste Pregão.

4.7.4 Na hipótese de o melhor lance ter sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte ou na hipótese de o melhor lance não ter sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e não haver oferta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública.

4.8 Em caso de empate entre propostas serão adotados os critérios de desempate previstos no artigo 55 da Lei nº 13.303/2016.

4.9 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará a inexistência dos impedimentos previstos no item 2.3, que deverá ser confirmada em cadastros oficiais de empresas punidas ou sancionadas (tais como: CEIS, CNEP, CNIA e à certidão negativa de licitante inidôneo, emitida pelo TCU), bem como no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) e em sistema interno de consulta a impedimentos, e, estando regular a participação do Licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado a melhor oferta, ressalvadas as hipóteses em que a redução possa comprometer a exequibilidade da proposta final ofertada.

4.9.1 Para oferta da contraproposta a que se refere o item acima, o Pregoeiro poderá solicitar previamente ao Licitante a apresentação da proposta adequada ao lance final ofertado, nos termos previstos no item 4.10.

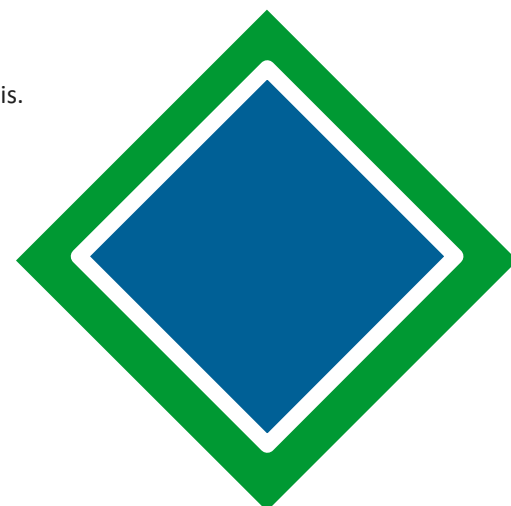
4.9.2 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para que o Licitante ofertante do melhor lance possa avaliar a possibilidade de redução do último valor ofertado.



4.10 O Licitante ofertante do melhor lance deverá apresentar a proposta adequada ao lance final ofertado para o respectivo item, exclusivamente pelo sistema do Portal de Compras do Governo Federal, conforme modelo constante do **Anexo II (Modelo de Proposta)** deste Edital, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro, prorrogáveis, a critério do **BNDES**.

4.10.1 A proposta deverá identificar o Licitante e ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por seu Representante Legal ou Procurador.

4.10.2 Os valores ofertados na proposta deverão ser expressos em Real (R\$) e com 2 (duas) casas decimais.



4.10.3 Devem estar incluídas no valor global ofertado todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado.

4.10.4 O Licitante deverá informar, em sua proposta, no campo “Estabelecimentos vinculados à execução contratual (matriz/filial)” do Anexo II (Modelo de Proposta) deste Edital, o(s) estabelecimento(s) responsável(is) pela execução contratual.

4.10.5 Deverá ser anexada à Proposta a Declaração de Inexistência de Impedimentos de Participação prevista no Anexo V deste Edital.

4.10.6 Deverá ser anexada à Proposta a documentação prevista no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

4.11 Após o envio da documentação de proposta, o Pregoeiro examinará a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado para a contratação.

4.11.1 Nesta ocasião, o Pregoeiro poderá verificar a habilitação do Licitante ofertante do melhor lance.

4.11.2 Caso sejam exigidos documentos de habilitação que não estejam contemplados no SICAF, o Pregoeiro deverá solicitar ao Licitante a apresentação das informações necessárias por intermédio do sistema, no prazo de 2 (horas), a contar da respectiva convocação, permitida a prorrogação, a critério do **BNDES**.

4.11.3 Caso adotado o procedimento previsto no item anterior, a apresentação da amostra e análise definitiva da proposta, em todos os seus requisitos, somente será concluída se verificado o atendimento dos requisitos de habilitação do Licitante ofertante do melhor lance.


4.11.4 Verificado o atendimento dos requisitos de habilitação do licitante, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública para a apresentação de amostra para o Item I, observadas as condições e o procedimento descrito no item 5.1 do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.


4.11.5 Caso a amostra do Licitante ofertante do melhor lance seja reprovada, o Pregoeiro retomará a sessão pública, recusando sua proposta, e convocando o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência fixadas neste Edital.

4.11.6 Aprovada a amostra, o Pregoeiro decidirá sobre a aceitação final da proposta, observado o disposto no item 4.12.


4.11.7 O Pregoeiro poderá optar por realizar o julgamento da habilitação em momento posterior à apresentação da amostra, ocasião em que dará ciência a todos os licitantes pelo Portal de Compras do Governo Federal.

4.12 Na análise e julgamento da proposta, o Pregoeiro poderá, justificadamente, sanar erros ou falhas que não alterem sua substância da proposta (vícios sanáveis), atribuindo-lhe validade e eficácia, rejeitando aquela:

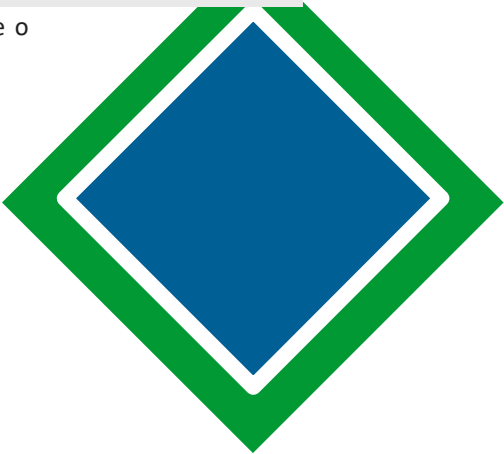
 **I.** que possuir vícios insanáveis;

 **II.** que não atender às exigências deste Edital e de seus Anexos;

 **III.** cujos **valores unitários ou/e global forem superiores** aos limites estabelecidos no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital; ou

 **IV.** cujos **valores unitários ou/e global** forem inexequíveis, observado o disposto no subitem 4.12.1 deste Edital.

4.12.1 Havendo indícios de **inexequibilidade dos valores ofertados**, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:



- I. comprovar a exequibilidade, apresentando justificativas e documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade **dos valores ofertados**; ou
- II. ajustar **os valores ofertados**, apresentando proposta readequada tendo como limite **máximo o valor global ofertado** na proposta e, se for o caso, justificativas para os ajustes realizados.

4.12.2 Os documentos apresentados pelo Licitante ofertante da melhor proposta, a título de ajuste **dos valores ofertados** ou de comprovação de sua exequibilidade, serão encaminhados para análise da Equipe Técnica do **BNDES**, a fim de que possa emitir o competente parecer.

4.13 Recusada a proposta, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência previstas neste Edital.

4.14 Aceita a proposta ou adotada a opção prevista no subitem 4.11.1, o Pregoeiro passará à análise de habilitação, observado o procedimento disposto no item 4.11.2.

4.14.1 Para que seja habilitado, o Licitante deverá atender a todas as exigências abaixo listadas e as previstas no item 4.15 deste Edital:

- I. Decreto de autorização de funcionamento no Brasil, quando se tratar de sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- II. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade a ser desempenhada pela sociedade assim o exigir;
- III. Instrumento Particular de Mandato (Procuração) com firma reconhecida em cartório ou em conjunto com a cédula de identidade ou documento equivalente do signatário, para fins de conferência da sua assinatura ou digitalmente assinada, ou Instrumento Público de Mandato, outorgando expressamente poderes para a prática de todos os atos pertinentes à licitação, nos casos em que o Licitante for representado por Procurador;
- IV. no caso de:

SOCIEDADE EMPRESÁRIA

Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, acompanhado do documento comprobatório de seus administradores devidamente registrado;

SOCIEDADE SIMPLES

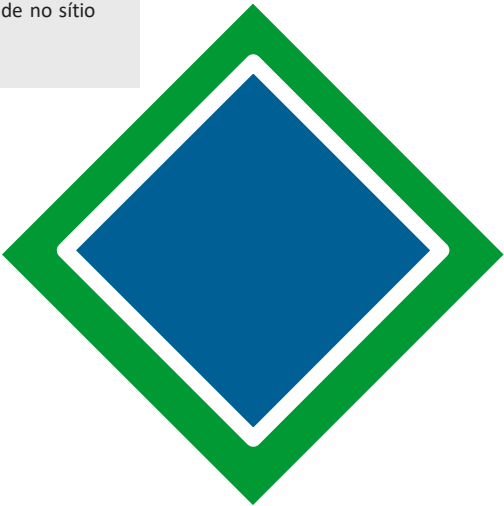
Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, bem como documento que comprove a indicação de seus administradores;

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, ou qualquer outro documento idôneo que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

- V. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais, à dívida ativa da União, e às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- VI. certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- VII. certidão de Regularidade perante o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN);
- VIII. certidão negativa de pedido de falência, expedida na sede da pessoa jurídica;
 - a) Na hipótese de a sede ser situada em outra localidade que não a Capital do Rio de Janeiro, poderá ser exigido do Licitante que apresente a relação dos Cartórios de Distribuição da Comarca que expede a certidão mencionada neste inciso, emitida pelo órgão competente.

IX. Índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC) iguais ou maiores que 1 (= ou > 1), observadas as fórmulas a seguir:

LG =

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

SG =

ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

LC =

ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

- a) O Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, para cálculo dos referidos índices.
- b) Caso o resultado de qualquer dos índices seja menor que 1 (um), o Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, a fim de comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido igual ou superior a:

ITEM I – R\$ 377.440,90 (trezentos e setenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa centavos);

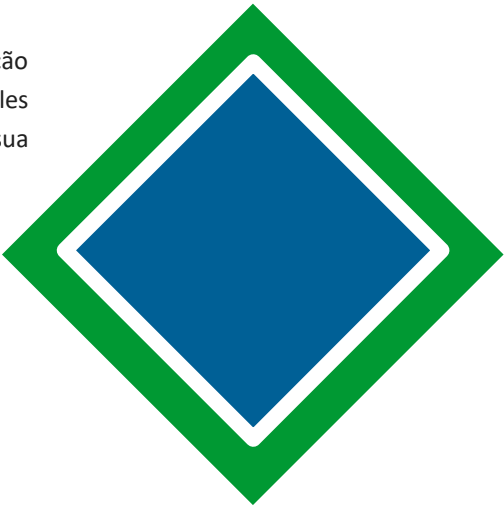
ITEM II – R\$ 24.891,04 (vinte e quatro mil, oitocentos e noventa e um reais e quatro centavos)

- b.1) Caso o Licitante apresente proposta mais vantajosa para mais de um item, deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido igual ou superior ao somatório dos valores acima previstos, relativos a cada um dos itens ofertados.



- X. qualificação técnica, relativa às parcelas de maior relevância técnica e econômica do objeto, nos termos do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital;
- XI. outros documentos indicados no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

4.14.2 Caso o Licitante indique na proposta outro(s) estabelecimento(s) responsável(is) pela execução contratual, deverá apresentar, além dos documentos que comprovem a sua própria habilitação, aqueles relativos à habilitação do(s) estabelecimento(s) indicado(s), observando-se que alguns documentos, por sua



própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

4.14.2.1 Poderá(ão) ser apresentado(s) em nome de quaisquer de seu(s) estabelecimento(s) o(s) atestado(s) de capacidade técnica exigido(s).

4.15 O Pregoeiro analisará a documentação apresentada, verificando o atendimento às exigências deste Edital e de seus Anexos. Para fins de julgamento da habilitação poderão ser consultados outros sítios da Internet, notadamente sítios oficiais emissores de certidões.

4.15.1 As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas se as respectivas datas de emissão não excederem a 90 (noventa) dias de antecedência da data de sua apresentação.

4.15.2 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar o Licitante vencedor da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério do **BNDES**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de inabilitação no sistema.

4.15.3 Caso seja necessária a instauração de diligência para o julgamento da habilitação, os documentos solicitados nesta ocasião deverão ser encaminhados exclusivamente via sistema, dentro do prazo definido pelo Pregoeiro, que não poderá ser inferior a 2 (duas) horas.

4.16 Se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência previstas neste Edital.

4.17 Constatado o atendimento de todos os requisitos de habilitação e verificando-se aceitabilidade da proposta, o Licitante será declarado vencedor do certame, abrindo-se prazo para que os Licitantes possam, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão deste direito.



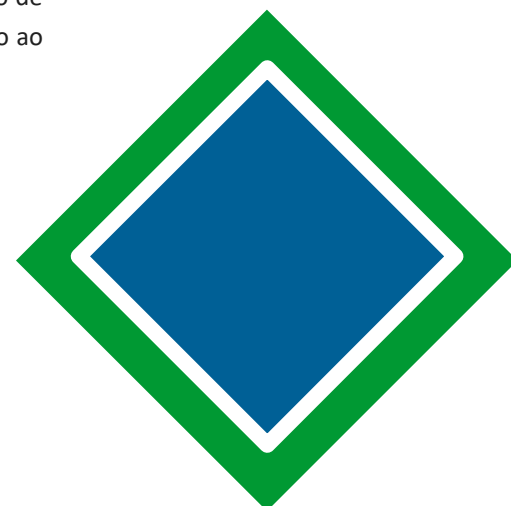
4.17.1 Admitida pelo Pregoeiro a intenção de recurso, será concedido, ao Licitante que tenha manifestado tal intenção, o prazo de até 3 (três) dias úteis, para apresentar, pelo Portal de Compras do Governo Federal, as razões recursais, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo para a apresentação das razões recursais.

4.17.2 A vista dos autos do processo desta licitação referente aos documentos que não estão no sistema do Portal de Compras do Governo Federal deverá ser solicitada à Gerência de Licitações e Contratos 3 do **BNDES**, pelo e-mail licitacoes@bndes.gov.br.

4.17.3 O Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la. Neste último caso, o Pregoeiro deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, submeter o recurso, devidamente informado, à apreciação da Autoridade Superior, que deverá promover sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

4.17.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

4.18 A sessão pública será encerrada depois de declarado o vencedor e transcorrido o prazo para manifestação de intenção de recorrer. Não havendo registro de intenção de recurso, o objeto da licitação poderá ser adjudicado ao Licitante vencedor.



5 ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1 Definido o Licitante vencedor, o objeto licitado lhe será adjudicado, estando a licitação sujeita à homologação pela Autoridade Competente, que analisará a conveniência e oportunidade da contratação, bem como a legalidade dos atos praticados.

5.2 A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.

5.2.1 Caso seja verificada, após a abertura da sessão pública, a intenção de se revogar ou anular a licitação, será concedido aos Licitantes prazo para contestar o ato e exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.2 O contraditório prévio mencionado no item acima poderá ser dispensado caso o fato gerador da revogação ou anulação não seja imputado aos Licitantes.

6 SANÇÃO ADMINISTRATIVA

6.1 O Licitante cuja conduta esteja prevista em um dos incisos do artigo 84 da Lei nº 13.303/2016 ficará sujeito à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

6.2 Somente será aplicada sanção mediante procedimento administrativo punitivo licitatório, na forma do Regulamento de Licitações do Sistema **BNDES**, pelo qual será assegurado prazo de até 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e a ampla defesa.

6.3 A decisão será comunicada por escrito ao Licitante, dela cabendo recurso, dirigido à Autoridade que proferiu a decisão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

6.4 No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

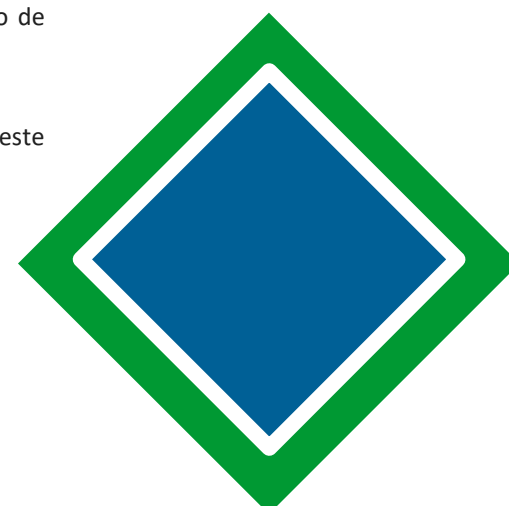
7 CONTRATAÇÃO

7.1 Homologada a licitação, o **BNDES** convocará o vencedor do certame, por e-mail, para apresentar, no prazo definido pelo **BNDES** no momento da convocação:

I. o Contrato assinado preferencialmente de forma digital, mediante certificação digital ICP-Brasil por seu Representante Legal, observada minuta constante do Anexo III (Minuta de Contrato) deste Edital;

7.2 Será solicitado ao Licitante vencedor que atualize as certidões exigidas na fase de habilitação, se o prazo de validade expirar durante o curso da licitação.

7.3 Na hipótese de recusa ou inércia do Licitante na apresentação dos documentos listados nos itens 7.1 e 7.2 deste



Edital, a sessão pública poderá ser retomada para que o Pregoeiro providencie a exclusão do Licitante da licitação, convocando, em seguida, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, desde que atendidos os requisitos de proposta e habilitação, nos termos do item 4.17, para assinatura do contrato, no mesmo prazo e nas mesmas condições propostas, inclusive quanto aos preços, pelo Licitante que deixou de atender a convocação.

7.3.1 Na hipótese do item acima, deverão ser observadas as disposições relativas à preferência previstas neste Edital.

8 INFORMAÇÕES ADICIONAIS



8.1 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital até **3 (três)** dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública.

8.1.1 A impugnação deverá ser encaminhada à Gerência de Licitações e Contratos 3 do **BNDES**, pelo e-mail licitacoes@bndes.gov.br, devendo ser informado, no campo “assunto”, a modalidade e o número da licitação (Pregão Eletrônico nº 016/2026 – **BNDES**).

8.1.2 Caberá ao Pregoeiro julgar a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

8.1.3 A ata de julgamento de impugnação será divulgada no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br), para ciência de todos os interessados.

8.2 O **BNDES** reserva-se o direito de alterar os termos deste Edital. A alteração que afetar a formulação das propostas implicará a reabertura do prazo para a apresentação das mesmas.



8.3 É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a ser registrada em ata, com a finalidade de esclarecer, corrigir ou complementar a instrução do processo, inclusive com a possibilidade de inclusão de documentos necessários para confirmação da compatibilidade da oferta com as exigências do Edital, adotando-se o princípio do formalismo moderado.

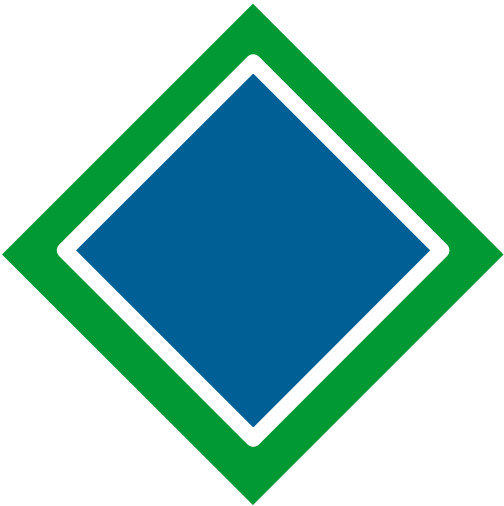
8.4 A qualquer tempo o **BNDES** poderá negociar com o Licitante, com o fim de obter proposta mais vantajosa.

8.5 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os Licitantes, à obtenção da proposta mais vantajosa, desde que não comprometam os interesses do **BNDES**, bem como à finalidade e à segurança da contratação.

8.6 Caso exigida tradução de documentos apresentados em língua estrangeira, está se dará na forma livre, facultando-se ao **BNDES** a exigência de tradução juramentada, apostilamento ou consularização do(s) documento(s) como condição para a assinatura do contrato.

8.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos observar-se-á o que segue:

- I. excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
- II. os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente no **BNDES**.



8.8 Na ocorrência de qualquer fato superveniente ou na hipótese de caso fortuito ou de força maior será observado o seguinte:

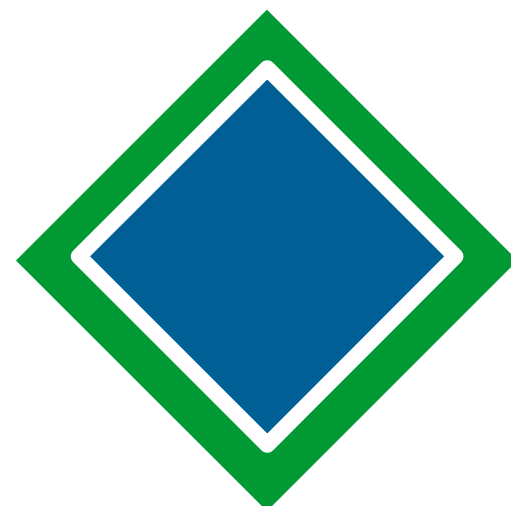
- I. se o fato impedir a realização de sessão pública na data marcada, a referida sessão será adiada;
- II. os prazos que estiverem em curso serão suspensos, voltando a correr assim que a situação estiver normalizada.

8.9 O andamento da licitação poderá ser acompanhado por qualquer interessado no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br).

8.10 Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2026

Raphael Domingues de Moraes Zyngier
Chefe de Departamento AJI/JULIC



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 - BNDES
ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de solução de videoconferência para salas médias com sistema Microsoft Teams Room (MTR), abrangendo o fornecimento de equipamentos, acessórios e manuais técnicos, bem como serviços de instalação, configuração e garantia estendida, conforme as especificações deste documento e de seus Anexos, visando a otimização da comunicação e colaboração em ambientes de trabalho.

1.2. O objeto da contratação está dividido em dois itens, conforme a tabela abaixo:

Itens	Descrição	Quantidade (unidades)
Item I	a) a Solução MTR Completa incluindo instalação, garantia e treinamento	85
	b) Microfone de expansão	32
Item II	c) Licença Microsoft Teams Rooms Pro (12 meses)	87

1.3. A tabela a seguir mostra a previsão de distribuição dos equipamentos da "Solução MTR Completa" (subitem 'a') pelas localidades do BNDES.

Localidade	Quantidade
Rio de Janeiro	67
Brasília	8
São Paulo	7
Recife	3
TOTAL	85

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Todos os equipamentos e componentes ofertados deverão ser novos, idênticos e sem uso anterior, e o modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento na data de entrega da proposta.

2.2. As características técnicas descritas para todos os equipamentos, dispositivos, materiais e softwares solicitados neste documento são as mínimas que devem ser atendidas pelos licitantes. Assim sendo, podem ser oferecidos quaisquer outros de desempenho equivalentes ou superiores, desde que compatíveis com os requisitos destas Especificações Técnicas. Caberá à equipe técnica a análise e o parecer final quanto à equivalência ou superioridade do desempenho ofertado, bem como sua compatibilidade com os requisitos definidos.

2.3. Todos os cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR 14136:2002. Os equipamentos e fontes devem ser do tipo bivolt com seleção automática de tensão (na faixa de 100 a 240 V) e frequência (de 50/60 Hz).

Elaborado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

Revisado por:

José Nogueira D'Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

2.4. O número de série de cada equipamento deve ser único, afixado em local visível, na parte externa do equipamento.

2.5. Os dispositivos fornecidos deverão ser certificados pela Microsoft para uso com sistema Microsoft Teams Room (MTR). Essa certificação deve permanecer válida durante toda a vigência do contrato e do período de garantia estendida. A confirmação da certificação será feita através do catálogo oficial da Microsoft: <https://learn.microsoft.com/pt-br/microsoftteams/rooms/certified-hardware?tabs=Windows>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução será composta por 2 (dois) itens, sendo o Item I composto por 2 (dois) componentes essenciais e indissociáveis: *Hardware* (Kit MTR e microfones de expansão), e Serviços Agregados (Implantação e garantia), e o Item II correspondente às licenças necessárias para o funcionamento da solução.

3.2. Item I – Componente de *Hardware* (Kit MTR e microfones de expansão):

3.2.1. Refere-se ao conjunto de equipamentos que viabiliza a realização de videoconferências para Microsoft Teams Rooms.

3.2.2. O Kit é formado, no mínimo, por uma Unidade de Processamento (Mini-PC), um Console de Controle, uma Câmera Inteligente e um Sistema de Áudio.

3.2.3. A finalidade deste componente é fornecer a infraestrutura física para as funcionalidades da solução.

3.2.4. O microfone de expansão tem o objetivo de melhorar a captação de áudio e alcance do sistema de autofalantes para salas maiores que a média observada.

3.3. Item I – Componente de Serviços Agregados (Implantação e Garantia):

3.3.1. Refere-se a todo o esforço necessário para que a solução seja entregue em pleno funcionamento.

3.3.2. A finalidade deste componente é garantir que os 85 (oitenta e cinco) kits sejam profissionalmente instalados, configurados e testados, e que o BNDES tenha a garantia exigida no item 6.3.

3.3.3. Este componente inclui, no mínimo: (i) serviços de instalação física (in loco) e configuração da solução no *tenant* do Microsoft 365 do BNDES; e (ii) serviços de garantia on-site de 60 (sessenta) meses a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório.

3.4. Item 2 – Componente de *Software* (Licenciamento):

3.4.1. Refere-se à subscrição do software Microsoft Teams Rooms Pro que ativa as funcionalidades técnicas do *hardware* requeridas.

3.4.2. A finalidade deste componente é garantir que os equipamentos estejam licenciados, seguros, gerenciáveis e operacionais dentro do ecossistema Microsoft 365.

4. PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1. A Licitante deverá cotar, em valores unitários e globais, o(s) subitem(ns) ('a' e 'b' ou 'c') incluído(s) no Item para o qual está ofertando sua proposta, observando as seguintes premissas para a formação do preço:

4.1.1. Subitens 'a' e 'b' (*Hardware* e Serviços): Devem considerar o fornecimento integral da solução, incluindo instalação, treinamento e a garantia técnica de 60 (sessenta) meses a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório.

Elaborado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

Revisado por:

José Nogueira D'Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

4.1.2. Subitem 'c' (Licenciamento): Deve considerar o valor total para a subscrição com vigência inicial de 12 (doze) meses a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo do licenciamento.

4.2. Nos preços cotados, deverão estar incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, impostos, taxas e quaisquer outros tributos, quando aplicáveis.

4.3. A Proposta de Preço deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, sendo firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, com todos os preços expressos em Reais (R\$).

4.4. A Proposta deverá ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a partir da data de abertura das propostas.

4.5. Cada contrato terá vigência de 12 (doze) meses.

4.5.1. As licenças do subitem 'c' deverão ser disponibilizadas com subscrição válida por 12 (doze) meses, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do licenciamento. O contrato correspondente terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditivo, observado o limite total de 24 (vinte e quatro) meses.

4.5.2. A eventual prorrogação deste licenciamento, a critério do BNDES, será objeto de reajuste de valores, através da aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme regras a serem definidas no Contrato.

5. REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.1. Para o Item I (*Hardware* e Serviços)

5.1.1. A Licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do total dos kits MTR a serem fornecidos no respectivo item, independentemente do porte, incluindo os respectivos consoles de controles de operações por *Touch Screen*, serviço de instalação e garantia.

5.1.2. Será permitido o somatório das quantidades realizadas em diferentes atestados para comprovar o quantitativo mínimo exigido.

5.1.3. O BNDES poderá realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras ou prova de conceito, entre outros testes de interesse do BNDES, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas.

5.1.4. A Licitante deverá apresentar declaração própria de que contratará, junto ao(s) fabricante(s) dos equipamentos a serem fornecidos, a garantia, nas condições definidas nestas Especificações Técnicas, conforme modelo disponível no Anexo V do Edital (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

5.1.5. Em vista do disposto no artigo 71, § único, inciso II do Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Integrantes do Sistema BNDES (Resolução CA nº 02/2025 - BNDES), cabe observar que a licitante vencedora deverá apresentar em sua proposta certificado de que os equipamentos foram produzidos levando-se em conta critérios ambientais e seus respectivos impactos no seu uso e descarte.

5.1.6. Dentre as certificações que podem ser apresentadas estão EPEAT, RoHS, Rótulo Ecológico da ABNT, ou ainda certificação emitida por instituição pública oficial, instituição

Elaborado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

Revisado por:

José Nogueira D'Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

acreditada, pela apresentação do relatório de conformidade ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com estas exigências.

5.2. Para o Item II (Licenciamento)

5.2.1. A Licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total de licenças Microsoft Teams Rooms Pro a serem fornecidas no respectivo item.

5.2.2. Será permitido o somatório das quantidades realizadas em diferentes atestados para comprovar o quantitativo mínimo exigido.

5.2.2.1. A Licitante deverá ser parceira Microsoft do tipo LSP (*Licensing Solution Partner*). Este requisito visa conformidade com as regras para participação em licitações públicas da fabricante Microsoft, que estabelece que “para os contratos de licenciamento em volume *Enterprise Agreement*, *Enterprise Agreement Subscription* e *Select Plus* a participação nos certames públicos é feita unicamente pelos LSP (*Licensing Solution Providers*)”¹.

6. REQUISITOS DE OPERAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS

6.1. Requisitos de Certificação e Padrões Obrigatórios (Requisitos Legais)

6.1.1. Todos os equipamentos e acessórios que operem com frequência de rádio (Wi-Fi, Bluetooth ou sem fio) devem possuir, na data da entrega da proposta, homologação junto à ANATEL com certificado disponível publicamente, conforme a Resolução número 715 de 23 de outubro de 2019.

6.1.2. O modelo ofertado deverá estar em linha de produção/comercialização normal do fabricante no Brasil na data de entrega da proposta, sem previsão de encerramento de produção (*End-of-Life* - EoL ou *End-of-Sale* - EoS).

6.2. Requisitos de Implantação (Requisitos de Implantação e Metodologia de Trabalho)

6.2.1. A aquisição dos kits MTR deverá ser acompanhada pelo respectivo serviço de instalação física (*in loco*) em cada sala.

6.2.2. O escopo da instalação inclui: a conexão física e organização de todos os equipamentos e itens do sistema, a montagem dos acessórios necessários (suportes, bases) e a limpeza (descarte de caixas e embalagens) da sala referente à atividade executada. A passagem de cabos pelas divisórias, forros e pisos elevados será realizada pelo BNDES.

6.2.3. A Contratada para o Item I deverá prestar serviço de consultoria para a configuração do sistema no portal de administração do Microsoft 365, realizando todos os testes de funcionalidade necessários.

6.2.4. O sistema será considerado efetivamente instalado apenas quando estiver plenamente disponível para uso e configurado.

6.2.5. O prazo máximo de entrega dos produtos (Item I) e manuais técnicos é de 90 (noventa) dias corridos a contar da data de solicitação do BNDES.

6.2.6. O prazo máximo para disponibilização das licenças (Item II) é de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de solicitação do BNDES.

6.2.7. Após a entrega dos equipamentos (Item I), o prazo máximo para instalação de todos os equipamentos é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para a localidade do Rio de Janeiro e para as demais localidades.

¹ <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/parceiros%20lsp>

6.3. Requisitos de Garantia

6.3.1. Todos os equipamentos (*hardware* e acessórios) e peças deverão possuir garantia *on-site* com duração mínima de 60 (sessenta) meses a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório.

6.3.2. O serviço de garantia (RMA - *Return Merchandise Authorization*) deverá ser prestado no Brasil. Em caso de quebra ou defeito do equipamento, a recuperação deverá ser realizada pela substituição do item por um novo ou equivalente, em perfeito estado de funcionamento.

6.3.3. Em caso de quebra, a Contratada para o Item I deverá enviar o equipamento de substituição (RMA) de forma que ele seja entregue no local em até 5 (cinco) dias úteis após o acionamento, e posteriormente deverá retirar o equipamento com defeito. As despesas de frete e seguro são por conta da Contratada.

6.4. Requisitos de Documentação

6.4.1. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência em língua portuguesa ou inglesa, contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração.

6.4.2. A licitante vencedora deverá fornecer, junto com a proposta final, planilha contendo informações quanto ao atendimento ponto a ponto de todas as especificações técnicas, incluindo nome do fabricante, marca, modelo, número de referência (*Part Number*), e links ou páginas do catálogo que comprovem o atendimento.

7. ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

7.1. As especificações a seguir detalham os requisitos técnicos mínimos obrigatórios para os componentes de *hardware* que compõem cada um dos 85 (oitenta e cinco) Kits de Videoconferência Microsoft Teams Room (MTR).

7.2. Requisitos Gerais e de Conformidade da Solução

7.2.1. Certificação Mandatória: O conjunto integrado da solução ou a câmera e o conjunto Mini-PC e console de controle deverá(ão) constar na lista oficial de dispositivos certificados pela Microsoft para "Microsoft Teams Rooms on Windows"². A comprovação da certificação deverá ser apresentada na proposta da licitante.

7.2.2. Origem e Condição: Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, não reconicionados e pertencer à linha de produção corrente do fabricante.

7.2.3. Padrões Elétricos: Todas as fontes de alimentação e cabos de conexão à rede elétrica deverão ser bivolt com seleção automática de tensão (100-240V, 50/60Hz) e seguir o padrão brasileiro de plugues e tomadas (NBR 14136).

7.2.4. Homologação ANATEL: Todos os componentes que operem com radiofrequência (ex: Wi-Fi, Bluetooth, controles ou microfones sem fio) deverão possuir a devida homologação junto à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

² A lista de equipamentos certificados para Microsoft Teams Rooms on Windows pode ser consultada no portal oficial da Microsoft, em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/microsoftteams/rooms/certified-hardware>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

7.2.5. Interoperabilidade: A solução como um todo deverá permitir que a sala de reunião ingresse em videoconferências de outras plataformas de mercado, como Zoom, Google Meet e Webex, garantindo a comunicação com entidades que utilizam soluções de colaboração diversas.

7.3. Requisitos Funcionais e de Performance por Componente

7.3.1. Unidade de Processamento (Mini-PC)

7.3.1.1. Desempenho: Deverá possuir capacidade de processamento, memória e armazenamento suficientes para executar, com desempenho fluido e estável, a versão mais recente do aplicativo Microsoft Teams Rooms e todas as suas funcionalidades, incluindo a recepção de vídeo em 4K, o compartilhamento de conteúdo em alta definição (1080p) e a operação simultânea de duas telas.

7.3.1.2. Conectividade: Deverá possuir, no mínimo:

- 2 (duas) saídas de vídeo (padrão HDMI ou DisplayPort) com suporte a duplo monitor;
- 3 (três) portas USB 3.0 ou superior;
- 1 (uma) porta de rede Ethernet RJ-45 (10/100/1000 Mbps);
- Conectividade sem fio padrão Wi-Fi 5 (802.11ac) ou superior e Bluetooth.

7.3.1.3. Sistema Operacional: Deverá ser fornecido com sistema operacional Windows IoT Enterprise, ou outra edição do Microsoft Windows oficialmente suportada para Microsoft Teams Rooms, devidamente pré-instalada e licenciada pelo fabricante para operação com a aplicação Microsoft Teams Rooms para Windows. A solução deverá permitir integração plena com os serviços de gerenciamento, identidade e segurança do ambiente Microsoft 365, incluindo compatibilidade com as políticas corporativas de administração de dispositivos.

7.3.1.4. Segurança Física: Deverá possuir 1 (um) slot para trava de segurança (padrão Kensington ou similar).

7.3.2. Câmera

7.3.2.1. Configuração de Lentes: Deverá possuir um sistema de câmera dupla (no mínimo).

7.3.2.2. Zoom: Deverá possuir recurso de zoom (ótico ou digital de alta qualidade) de no mínimo 5x (cinco vezes).

7.3.2.3. Campo de Visão (FOV): Deverá possuir um ângulo de visão (FOV) de no mínimo 120° (diagonal).

7.3.2.4. Qualidade de Imagem: Deverá possuir sensor de imagem capaz de capturar vídeo com resolução nativa mínima de 1080p (Full HD) a 30 (trinta) quadros por segundo.

7.3.2.5. Inteligência de Vídeo: Deverá possuir, de forma nativa e integrada, as seguintes funcionalidades baseadas em inteligência artificial:

7.3.2.5.1. Enquadramento Automático de Grupo: Capacidade de detectar todos os participantes na sala e ajustar automaticamente o enquadramento para que todos fiquem visíveis.

7.3.2.5.2. Identificação Individual (Multi-Stream): Capacidade de identificar individualmente múltiplos participantes na sala e enviá-los em feeds de vídeo separados (dividindo a tela) para os participantes remotos, proporcionando uma experiência de galeria imersiva.

7.3.2.5.3. Rastreamento de Orador (Speaker Tracking): Capacidade de identificar o participante que está falando e realizar um movimento suave de câmera para destacá-lo.

Elaborado por:

Revisado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

José Nogueira D'Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

7.3.3. Sistema de Áudio (Microfones e Alto-Falantes)

7.3.3.1. Qualidade de Áudio: Deverá possuir tecnologias integradas de processamento de áudio para cancelamento de eco acústico e supressão de ruídos de fundo (como digitação, ar-condicionado, etc.).

7.3.3.2. Performance de Reprodução: O(s) alto-falante(s) deverá(ão) ser capaz(es) de reproduzir o áudio dos participantes remotos com clareza e volume suficiente para toda a sala com alcance mínimo de 6 (seis) metros sem distorções.

7.3.3.3. Performance de Captação: O conjunto de microfones (integrado ou com módulos de expansão) deverá garantir a captação de voz clara com alcance efetivo de no mínimo 6 (seis) metros.

7.3.4. Microfones de Expansão

7.3.4.1. Deverão ser fornecidos o total de 32 (trinta e dois) microfones de expansão para garantir a cobertura total do ambiente de salas maiores.

7.3.4.2. Compatibilidade: Deverá ser original, do mesmo fabricante e compatível com o Kit MTR ofertado, funcionando de forma integrada (*Plug-and-Play*).

7.3.4.3. Alcance: Deverá possuir captação de voz em 360 (trezentos e sessenta) graus com alcance de, no mínimo, 4 (quatro) metros adicionais por unidade.

7.3.4.4. Funcionalidade: Deverá possuir botão de "Mute" físico integrado, com indicação visual de status (LED).

7.3.4.5. Conectividade: A conexão deverá ser via cabo (padrão RJ-45, USB ou proprietário), com comprimento suficiente para o posicionamento adequado na mesa e conectores firmes que evitem desconexões acidentais.

7.3.5. Console de Controle

7.3.5.1. Características Físicas: Deverá possuir tela sensível ao toque com tecnologia capacitiva, com tamanho de tela mínimo de 8 (oito) polegadas e resolução suficiente para uma interface nítida e de fácil leitura.

7.3.5.2. Funcionalidade: Deverá servir como o centro de controle da sala, permitindo iniciar reuniões agendadas com um único toque, realizar chamadas, ajustar volume, silenciar microfones, controlar as funções da câmera, compartilhar e gerenciar o compartilhamento de conteúdo.

7.3.5.3. Os cabos necessários para o compartilhamento de conteúdo deverão ser entregues com conexão USB-C ou HDMI.

7.4. Software de Gerenciamento do Fabricante

7.4.1. A solução deverá incluir acesso a um *software* (portal de nuvem) do próprio fabricante do hardware, que permita à equipe de TI do BNDES realizar o gerenciamento centralizado, monitoramento de status, diagnóstico remoto e atualização de firmware de todos os kits MTR.

7.4.2. Caso este software exija licenciamento adicional, ele deverá estar incluído e válido pelo mesmo prazo de garantia dos equipamentos, 60 (sessenta) meses.

Elaborado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

Revisado por:

José Nogueira D'Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

8. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS ASSOCIADOS

8.1. Serviços de Instalação e Configuração:

8.1.1. A Contratada para o Item I será responsável pela instalação física (*in loco*) dos kits MTR, incluindo conexão, montagem de acessórios e organização dos cabos.

8.1.2. A Contratada para o Item II deverá prestar consultoria para a configuração das licenças no *tenant* do BNDES.

8.1.3. Os equipamentos destinados a reserva técnica, estimado em oito equipamentos, não precisarão ser instalados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, assim como as respectivas licenças serão solicitadas quando houver efetiva utilização dos equipamentos.

8.1.4. Responsabilidade por Danos: A Contratada para o item I será responsável por reparar, às suas expensas, quaisquer danos causados ao ambiente (forro, paredes, mobiliário) durante a instalação, restaurando as condições originais.

8.1.5. A passagem dos cabos necessários para a conexão entre os componentes da solução pelas divisórias, forros e piso elevado das salas de reunião será realizada pelo BNDES.

8.1.6. Plano de Retorno (*Rollback*): A Contratada deverá apresentar um plano de retorno que garanta o restabelecimento dos serviços da sala em caso de falha crítica durante a instalação.

8.2. Documentação:

8.2.1. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência em língua portuguesa ou inglesa.

8.2.2. A licitante vencedora deverá fornecer, junto com a proposta final, planilha de atendimento ponto a ponto das especificações ("de-para"), incluindo fabricante, modelo e *Part Number*.

8.2.3. Ao final da implantação, a Contratada para o Item I deverá entregar um "Relatório Final de Instalação (*As-Built*)", contendo, para cada sala: lista de equipamentos instalados, números de série e diagrama simplificado de conexões.

9. TREINAMENTO

9.1. A Contratada para o Item I deverá ministrar, remotamente, treinamentos distintos para a equipe técnica do BNDES (Administradores) e para os usuários finais, conforme o escopo detalhado abaixo.

9.2. Treinamento de Administração da Solução (Público: Equipe de TI)

9.2.1. Deverá ser ministrada 1 (uma) turma de treinamento técnico para a equipe indicada pelo BNDES, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, para até 5 (cinco) profissionais.

9.2.2. O treinamento deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após solicitação do BNDES, em datas a serem acordadas com o gestor do Contrato.

9.2.3. O conteúdo programático deverá abordar, no mínimo:

9.2.3.1. Características da solução de *hardware* e *software*;

9.2.3.2. Administração dos dispositivos no Portal de Gerenciamento do Microsoft Teams;

9.2.3.3. Procedimentos para provisionamento (criação) de novas salas;

9.2.3.4. Procedimentos para monitoramento de saúde e diagnóstico de falhas (*troubleshooting*);

9.2.3.5. Processo de atualização de *firmware* e *software* dos equipamentos.

9.3. Treinamento Operacional (Público: Usuários Finais)

9.3.1. Deverá ser ministrado um treinamento focado no uso da solução.

Elaborado por:

Revisado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

José Nogueira D'Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

9.3.2. Pós-implantação: 2 (duas) turmas, em horários a definir, após a conclusão da implantação;

9.3.3. A carga horária estimada para cada turma operacional será de 1 (uma) hora.

9.3.4. O conteúdo programático deverá abordar, no mínimo:

9.3.4.1. Apresentação dos equipamentos e da interface de uso do console;

9.3.4.2. Como agendar reuniões em salas (via Outlook);

9.3.4.3. Como ingressar em reuniões agendadas ("um toque") e não agendadas;

9.3.4.4. Funcionalidades em reunião (compartilhamento de tela, modo BYOD, controle de câmera e microfone).

9.4. Condições Gerais do Treinamento

9.4.1. Os treinamentos serão ministrados de forma remota (*online*), em plataforma a ser disponibilizada pela Contratada.

9.4.2. Previamente à ministração, a Contratada deverá submeter, para análise e aprovação do BNDES, o material didático (em formato digital, em português) e a relação dos instrutores.

9.4.3. O BNDES avaliará o material em até 10 (dez) dias corridos e, caso julgue necessário, solicitará as adequações.

9.4.4. A Contratada deverá fornecer a todos os participantes o material didático aprovado.

9.4.5. Todo o material de treinamento (apresentações, apostilas, etc.) será concedido ao BNDES com direito de uso e de reprodução irrestrita para sua aplicação em outros treinamentos internos.

9.4.6. Será facultado ao BNDES proceder com a gravação das aulas em vídeo, de forma a possibilitar o treinamento futuro de seus profissionais.

9.4.7. Ao término de cada turma, a Contratada deverá emitir um relatório contendo: datas, lista de presença dos participantes e conteúdo ministrado.

9.4.8. Caso o BNDES considere o treinamento insatisfatório, poderá solicitar que seja ministrado novamente, sem ônus adicional.

10. VISTORIA TÉCNICA (FACULTATIVA)

10.1. Será facultado às licitantes a realização de vistoria técnica nas instalações do BNDES no Rio de Janeiro, visando o perfeito conhecimento das condições locais (infraestrutura, acesso, mobiliário) para a execução dos serviços de instalação.

10.2. O agendamento da vistoria deverá ser solicitado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, por meio do e-mail contratacoes-geat@bndes.gov.br, devendo ocorrer até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

10.3. A licitante que optar por não realizar a vistoria não poderá alegar, em nenhuma hipótese, desconhecimento das condições locais para a execução do contrato.

11. GARANTIA DOS PRODUTOS

11.1. A Contratada, para o Item I, após a entrega de todos os equipamentos demandados, deverá entregar documentação comprobatória da vigência da garantia, nos termos desta Especificação Técnica, junto ao(s) fabricante(s) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante. Tal comprovação também poderá ser realizada por meio de consulta do número de série do equipamento diretamente no site do fabricante.

Elaborado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

Revisado por:

José Nogueira D'Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

11.2. A garantia será prestada sob responsabilidade da Contratada, sem custo adicional para o BNDES, pelo período de 60 (sessenta) meses para todos os componentes e acessórios, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório, abrangendo a reposição total de componentes e equipamentos em caso de defeito.

11.3. O serviço de garantia deve incluir cobertura a danos acidentais como quedas, colisões, derramamento de líquidos e sobrecarga elétrica. Esta cobertura a danos acidentais estará limitada a 5% (cinco por cento) do total de kits de videoconferência adquiridos.

11.4. O serviço de garantia será prestado nas instalações do BNDES (“on site”) situadas no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Brasília e no Recife, com reposição total das peças e/ou equipamentos em caso de defeitos. Na impossibilidade de reposição de peças e/ou componentes, estes deverão ser substituídos por soluções compatíveis que não prejudiquem o desempenho dos equipamentos, sem custo adicional para o BNDES e mediante sua prévia aprovação.

11.5. O atendimento deverá ser realizado de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 18h.

11.6. Deverá ser disponibilizado, pelo menos, um dos seguintes meios para registro de chamados:

11.6.1. Telefone com ligação gratuita (do tipo 0800) ou telefone local para os municípios do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Recife;

11.6.2. Endereço de correio eletrônico (e-mail);

11.6.3. Portal web.

11.7. O tempo de resolução de problemas, que para este contrato se dará pela substituição do componente ou do kit defeituoso, não deverá ser superior a 5 (cinco) dias úteis após a abertura do chamado.

11.8. A entrega do equipamento de substituição deverá ocorrer no prazo definido no item 11.7, antes da retirada do equipamento com defeito das dependências do BNDES.

11.9. As despesas referentes aos equipamentos ou componentes substituídos, como transporte, impostos e seguros, são de responsabilidade da Contratada.

11.10. A cada abertura de chamado técnico, deverá ser apresentado ao BNDES um Relatório de Atendimento Técnico (RAT), com numeração para cada atendimento, constando número de série do equipamento, data e hora de abertura e de conclusão, descrevendo os problemas apresentados e os procedimentos efetuados para a resolução.

12. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

12.1. Local e Comprovação de Procedência: A Contratada para o Item I deverá entregar os equipamentos nas instalações do BNDES conforme o quantitativo solicitado. Na ocasião da entrega, deverá ser feita prova de procedência dos equipamentos por intermédio da apresentação de nota fiscal (nacionais) ou comprovante de importação e quitação de tributo estadual (importados)

12.2. Todas as despesas de transporte, seguros e embalagens, referentes à disponibilização e à devolução do equipamento, ocorrerão por conta da Contratada.

12.3. Prazos de Entrega e Instalação:

12.3.1. O prazo máximo de entrega dos produtos (Item I) é de 90 (noventa) dias corridos a contar da data de solicitação do BNDES.

12.3.2. O prazo máximo para disponibilização das licenças (Item II) é de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de solicitação do BNDES.

Elaborado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

Revisado por:

José Nogueira D’Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

12.3.3. Após a entrega dos equipamentos (Item I), o prazo máximo para instalação de todos os equipamentos é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para a localidade do Rio de Janeiro e para as demais localidades.

12.4. Processo de Recebimento e Aceite:

12.4.1. Recebimento Provisório (apenas para o Item I): Será emitido no ato da entrega física dos equipamentos no BNDES, para fins de conferência quantitativa dos volumes e verificação de avarias nas embalagens.

12.4.2. Instalação e Testes de Aceite: Após o Recebimento Provisório, a Contratada deverá seguir o cronograma de implantação para instalar, configurar e realizar os testes funcionais em cada um dos kits.

12.4.3. Tratamento de Não Conformidades: Caso sejam verificadas não conformidades (falhas funcionais, danos físicos ou divergência de especificação) durante a instalação ou os testes, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para sanar o problema ou substituir o equipamento defeituoso, a contar da notificação pelo BNDES, sem ônus adicional.

12.4.4. O recebimento definitivo dos bens e serviços se dará mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, após testes e inspeções.

12.4.5. Recebimento Definitivo para o Item I (Aceite da Implantação): O Termo de Recebimento Definitivo será emitido pela Comissão de Recebimento do BNDES por lotes de unidades instaladas, somente após a fiscalização verificar e atestar o perfeito funcionamento do equipamento nas salas correspondentes, o que inclui, no mínimo:

12.4.6. comprovar que o kit MTR está online e reportando corretamente no Portal de Administração do Microsoft Teams (*Teams Admin Center*) do BNDES; e

- realizar uma videochamada de teste bem-sucedida (interna e externa) a partir do console da sala para validar o funcionamento da câmera, microfones e alto-falantes.

12.4.7. Recebimento Definitivo para o Item II (Licenciamento): O Termo de Recebimento Definitivo será emitido pela Comissão de Recebimento do BNDES após a Contratada efetivar o provisionamento e a ativação das subscrições no *tenant* do BNDES, e a equipe técnica confirmar a quantidade e vigência das licenças.

12.4.8. Cada Termo de Recebimento Definitivo atesta que o respectivo objeto foi entregue em conformidade com as especificações do Edital e é condição necessária para o pagamento (conforme Seção 13).

13. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. Pagamento de Hardware e Serviços (Item I): O pagamento referente aos componentes de *hardware* (Kits MTR e Microfones de Expansão) e serviços de instalação será realizado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo de cada lote efetivamente entregue, instalado, testado e aceito pela fiscalização do BNDES. O valor a ser pago corresponderá aos equipamentos efetivamente instalados e será realizado em parcela única.

13.2. Pagamento de Licenciamento (Item II): O pagamento referente aos componentes de *software* (Licenças MTR Pro) ocorrerá mensalmente após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo específico de software, mediante a comprovação da ativação e vigência das subscrições no *tenant* do BNDES e a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

13.3. Processamento e Prazos: A Equipe de Fiscalização do BNDES analisará os Relatórios em até 10 (dez) dias úteis e solicitará retificação para glosas/incorrekções. Após conferência, comunicará os valores aprovados e autorizará a emissão da nota fiscal/fatura. As faturas deverão ser remetidas ao BNDES com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis contados da data de seu vencimento. Notas fiscais/faturas com incorrekções serão devolvidas, e a

Elaborado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

Revisado por:

José Nogueira D'Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

reapresentação será considerada nova solicitação para início do prazo de pagamento. O BNDES poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ajustes de pagamento ou indenizações devidas pela Contratada.

14. AJUSTE DE PAGAMENTO

14.1. Nos casos de atraso na entrega dos equipamentos (Item I) ou licenças (Item II), conforme item 12.3, a Contratada incorrerá em ajuste de pagamento de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso, sobre o valor de fornecimento dos equipamentos ou licenças não entregues.

14.2. Após 30 (trinta) dias úteis de atraso, além do ajuste previsto no item anterior, aplicar-se-á glosa de 10% (dez por cento) sobre o valor de fornecimento dos equipamentos (Item I) ou licenças (Item II) não entregues, limitada a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato.

14.3. Nos casos de atraso na instalação dos equipamentos (Item I), conforme item 12.3, a Contratada incorrerá em ajuste de pagamento de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso, sobre o valor de fornecimento dos equipamentos não instalados.

14.4. Após 30 (trinta) dias úteis de atraso, além do ajuste previsto no item anterior, aplicar-se-á glosa de 10% (dez por cento) sobre o valor de fornecimento dos equipamentos não instalados, limitada a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato.

15. PENALIDADES

15.1. Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo BNDES ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

15.1.1. Advertência;

15.1.2. Multa de até 10% (dez por cento), apurada de acordo com a gravidade da infração, incidente sobre o valor Global do respectivo Contrato, para o descumprimento de quaisquer obrigações contratuais;

15.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES por até 2 (dois) anos.

15.2. O valor total das multas aplicadas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor global do respectivo Contrato;

15.3. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades, serão assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

15.4. Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes da garantia dos equipamentos, a Contratada estará sujeita à abertura de Processo Administrativo Punitivo e à aplicação das penalidades cabíveis mesmo após o término da vigência contratual.

16. PRAZO DE VIGÊNCIA DOS CONTRATOS

16.1. O prazo de vigência do contrato observará a natureza específica de cada item e será definido da seguinte forma:

16.1.1. Para o Item I (Equipamentos e Serviços):

16.1.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. Este prazo destina-se à entrega, instalação, configuração, e aceite de todos os equipamentos, bem como ao processamento dos pagamentos devidos.

Elaborado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

Revisado por:

José Nogueira D'Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

16.1.2. Para o Item II (Licenciamento de *Software*):

16.1.2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

16.1.2.2. O contrato poderá ser prorrogado, para este item, por até 24 (vinte e quatro) meses, a critério do BNDES.

16.2. Da Garantia Técnica:

16.2.1. O encerramento da vigência estipulada no item 16.1 não exime a Contratada para o Item I da obrigação de prestar a Garantia Técnica "on-site" pelo período integral de 60 (sessenta) meses, a partir do Termo de Recebimento Provisório, devendo a Contratada manter os canais de atendimento e os níveis de serviço (SLA) ativos durante todo esse período.

17. GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Para o Item I, será exigida garantia contratual em 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303/2016. Esta garantia visa assegurar o cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive eventuais multas e indenizações.

17.2. Para o Item II, considerando os custos associados à emissão e gestão da garantia contratual e o valor global do contrato, é dispensada apresentação de garantia contratual, conforme estabelecido no inciso I do artigo 103 do Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Integrantes do Sistema BNDES (Resolução CA nº 02/2025 - BNDES).

18. VALOR ESTIMADO

18.1. O valor estimado da presente contratação foi definido após pesquisa de preço realizada pela ATI/DEGAT/GCON.

	Qtd	Prazo (meses)	Valor Unitário	Subtotal
Item I				
a. Solução MTR Completa (Kit), incluindo instalação, garantia e treinamento	85		R\$ 43.416,49	R\$ 3.690.401,65
b. Microfone de expansão	32		R\$ 2.625,23	R\$ 84.007,36
Item II				
c. Licenças MTR Pro (12 meses)	87	12	R\$ 238,42	R\$ 248.910,48
Total Geral				R\$ 4.023.319,49

19. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATADA

19.1. Caberá à Contratada cumprir as disposições regulamentares pertinentes a essas especificações técnicas, ficando ainda responsável, além de outras obrigações estipuladas no respectivo Contrato, por:

19.1.1. Indicar um profissional para a função de preposto da Contratada, sendo este seu interlocutor junto ao BNDES para os assuntos relativos ao cumprimento das obrigações contratuais, e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo BNDES.

19.1.2. Responder, em relação aos seus profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos,

Elaborado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

Revisado por:

José Nogueira D'Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público ou no instrumento coletivo da categoria.

19.1.3. Ser responsável por quaisquer encargos de natureza civil, tributária, comercial, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução dos serviços contratados, cumprindo ao BNDES, tão somente, o pagamento do preço na forma ajustada.

19.1.4. Responder pelos danos comprovadamente causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos ou mão-de-obra, em toda a área envolvida na execução dos serviços, bem como por erros ou falhas na execução ou administração dos serviços pertinentes ao objeto do contrato. A fiscalização ou o acompanhamento do BNDES não excluirá ou reduzirá essa responsabilidade da Contratada.

19.1.5. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa em relação ao objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a terceiros a responsabilidade por problemas ou falhas, não estando vedada a continuidade do Contrato se sobrevier regular reorganização societária, tal como cisão, incorporação ou fusão.

19.1.6. Atender prontamente quaisquer exigências do representante do BNDES, no que diz respeito às suas necessidades.

19.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo BNDES.

19.1.8. Aceitar, por parte do BNDES, em todos os aspectos, a fiscalização do Contrato.

19.1.9. Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo referido nestas Especificações Técnicas.

19.1.10. Limitar o acesso às informações aos seus gerentes, diretores e outros profissionais que estejam desempenhando ou supervisionando os trabalhos decorrentes do Contrato.

19.1.11. Manter sigilo relativamente ao objeto contratado, bem como sobre dados, documentos, especificações técnicas ou comerciais e demais informações, não tornadas públicas pelo BNDES, de que venha a ter conhecimento em virtude desta contratação, bem como a respeito da execução e resultados obtidos no Contrato, inclusive após o término do seu prazo de vigência, sendo vedada a divulgação dos referidos resultados a terceiros em geral, e em especial a quaisquer meios de comunicação públicos e privados, e não divulgar ou utilizar quaisquer informações do BNDES junto a terceiros, das quais possa tomar conhecimento durante a execução do Contrato.

19.1.12. Notificar prontamente ao BNDES qualquer divulgação ou uso não autorizado de informações que porventura tomar conhecimento, adotando todas as medidas recomendadas pelo BNDES para remediar qualquer divulgação ou uso.

19.1.13. Informar ao BNDES toda e qualquer irregularidade observada no curso da execução contratual. Não usar, copiar, duplicar ou de alguma outra forma reproduzir ou reter todas ou quaisquer informações do BNDES, exceto se autorizada previamente, por escrito, pelo BNDES. Não efetuar a compilação reversa, montagem reversa ou engenharia reversa de qualquer programa aplicativo do BNDES ou de terceiros a que venha ter acesso por força do serviço.

19.1.14. Identificar seus funcionários e informar os horários em que estes efetuarão serviços no BNDES.

19.1.15. Garantir que as pessoas com acesso a qualquer parte das informações do BNDES estejam cientes de sua natureza sigilosa e da obrigação relacionada a este fato.

19.1.16. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições exigidas na ocasião da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo BNDES.

Elaborado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

Revisado por:

José Nogueira D'Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

19.1.17. Cumprir, durante a execução do Contrato, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se, desde já, que o BNDES poderá descontar de qualquer crédito da Contratada a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha efetuar por imposição legal.

19.1.18. Impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente do BNDES e suas subsidiárias na execução do objeto do Contrato.

19.1.19. Adotar, sempre que cabível, na execução do Contrato, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

19.1.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do BNDES por parte dos seus profissionais alocados na execução do Contrato, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo BNDES.

19.1.21. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa em relação ao objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na prestação dos serviços.

Elaborado por:

Elton Martins Levita
Analista de Sistemas ATI/DESET/GEAT
Matr. 10185-0

Revisado por:

José Nogueira D'Almeida Junior
Coordenador ATI/DESET/GEAT
Matr. 104027

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 - BNDES
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

LICITANTE: _____ **CNPJ:** _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: (____) _____ **E-MAIL:** _____

REPRESENTANTE LEGAL: _____
NACIONALIDADE: _____ **ESTADO CIVIL:** _____
PROFISSÃO: _____ **FUNÇÃO NA SOCIEDADE:** _____
RG: _____ **CPF:** _____

ESTABELECIMENTOS VINCULADOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL
(MATRIZ/FILIAL):

RAZÃO SOCIAL: _____ **CNPJ:** _____
ENDEREÇO: _____
RAZÃO SOCIAL: _____ **CNPJ:** _____
ENDEREÇO: _____

DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO: Contratação de solução Microsoft Teams Room (**ITEM I / ITEM II** do Pregão Eletrônico nº 016/2026 – BNDES)

O Licitante _____ declara ter ciência e aceitar todas as exigências do Edital do Pregão em referência, bem como todas as condições de execução do objeto, propondo sua execução pelo valor global de R\$ ____ (____), observados os valores unitários cotados na tabela de preços a seguir:

	Qtd	Prazo (meses)	Valor Unitário	Subtotal
Item I				
a. Solução MTR Completa (Kit), incluindo instalação, garantia e treinamento	85			
b. Microfone de expansão	32			
Total Geral				

	Qtd	Prazo (meses)	Valor Unitário	Subtotal
Item II				
Licenças MTR Pro (12 meses)	87	12		
Total Geral				

Declara, ainda, que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto.

Por fim, o Licitante _____ informa que a validade da presente proposta é de ____ (____) dias.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

(Representante Legal do Licitante)

Obs.: O Licitante deverá observar o prazo mínimo de validade da proposta estabelecido no item 3.3 do edital.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 - BNDES
ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO OCS Nº /
CONTRATO SAP Nº

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
BENS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES E , NA FORMA
ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília - DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP nº 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e , com sede em , [inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº], doravante denominado(a) simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o procedimento do Pregão Eletrônico nº 016/2026 - **BNDES**, autorizado em 11/05/2026, conforme previsão orçamentária sob as rubricas nº 1750100051, 3101700020 e 1750100051, centro de custo nº BN30005000, BN00004000 e BN30005000, código SAP 40000346, 3010501 e 40000243, observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Licitações e Contratos do Sistema **BNDES**, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de solução Microsoft Teams Room, abrangendo (Item I: o fornecimento de kits de videoconferência certificados e serviços correlatos de instalação, configuração e garantia estendida) ou (Item II: licenças de subscrição MTR Pro), conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2026 - **BNDES**) e da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

1/24

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA (Item I)

O presente Contrato terá duração de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA (Item II)

O presente Contrato terá duração de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditivo, por períodos sucessivos, até o limite total de 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo Primeiro (Item II)

O **CONTRATADO** deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do Gestor do Contrato, apresentar, por intermédio do seu Representante Legal, sua manifestação sobre a prorrogação do Contrato.

Parágrafo Segundo (Item II)

Independente da notificação do parágrafo anterior, o **CONTRATADO** deverá comunicar ao Gestor seu interesse quanto à prorrogação do contrato até 90 (noventa) dias antes do término de cada período de vigência contratual.

Parágrafo Terceiro (Item II)

A formalização da prorrogação será efetuada por meio de aditivo epistolar, dispensando-se a assinatura do **CONTRATADO**

Parágrafo Quarto (Item II)

Caso o **CONTRATADO** se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar, nos termos do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, ficará sujeito às penalidades previstas na Cláusula de Penalidades deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado respeitará as especificações constantes das Especificações Técnicas (Anexo I deste Contrato) e da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – NÍVEIS DE SERVIÇO

Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pelo **BNDES**, observados os níveis de serviço descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

Parágrafo Único

O descumprimento dos níveis de serviço acarretará a aplicação dos índices de redução do preço previstos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através da Comissão de Recebimento, mencionada na Cláusula de Obrigações do **BNDES** deste Contrato, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS E SERVIÇOS ACESSÓRIOS (Item I)

A garantia será de 60 (sessenta) meses, contados do recebimento provisório dos bens em questão e serviços acessórios, salvo se a proposta (Anexo II deste Contrato) previr prazo maior, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

A garantia ocorrerá sem nenhum ônus para o **BNDES** e será prestada sob responsabilidade do CONTRATADO, inclusive quando for necessário o transporte dos bens ou ainda o traslado e a hospedagem de técnicos do CONTRATADO ou qualquer outro tipo de serviço necessário para o cumprimento da garantia.

Parágrafo Segundo

O CONTRATADO deverá solucionar todos os vícios e defeitos apresentados pelos bens, decorrentes ou não dos serviços acessórios, dentro do período de garantia, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de solicitação do Gestor (por e-mail), podendo substituí-los por outros bens, novos e perfeitos, que atendam às mesmas especificações estipuladas neste Contrato e em seus Anexos, no mesmo prazo para o conserto.

CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ _____, conforme proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula de Pagamento deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser, a critério do **BNDES**, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização ao **CONTRATADO**.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, **em parcela única (Item I) ou mensalmente (Item II)**, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação do documento fiscal ou equivalente legal (prioritariamente nota fiscal, e nos casos de dispensa da nota fiscal: fatura, boleto bancário com código de barras, recibo de pagamento a autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

Nas hipóteses em que o recebimento definitivo ocorrer após a entrega do documento fiscal ou equivalente legal, o **BNDES** terá até 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que o objeto tiver sido recebido definitivamente, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Segundo

Para toda efetivação de pagamento, o Contratado deverá encaminhar o documento fiscal ou equivalente em meio digital para caixa postal eletrônica ou protocolar em sistema eletrônico próprio do **BNDES**, considerando as orientações do Contratante vigentes na ocasião do pagamento. No caso de emissão de documento fiscal exclusivamente em meio físico o mesmo deverá ser encaminhado ao protocolo do **BNDES** para devido registro de recebimento.

Parágrafo Terceiro

Para toda efetivação de pagamento, o Contratado deverá emitir o documento fiscal ou equivalente em meio digital e, se necessário, protocolar em sistema eletrônico próprio do **BNDES**, observadas as orientações vigentes do Contratante. Documentos em meio

físico não serão aceitos, salvo previsão expressa no instrumento convocatório ou no contrato.

Parágrafo Quarto

O documento fiscal ou equivalente legal deverá respeitar a legislação tributária e conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS ou número SAP do Contrato;
- II. número do pedido SAP, a ser informado pelo Gestor do Contrato;
- III. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- IV. período de referência da execução do objeto;
- V. nome e número do CNPJ do **CONTRATADO**, cuja regularidade fiscal tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Estadual;
- VI. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
- VII. tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- VIII. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- IX. local de entrega do objeto;
- X. código do produto ou material, nos termos da legislação vigente, em concordância com as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento - DIF;
- XI. Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP), levando em consideração a condição de não contribuinte do BNDES; e
- XII. destaque das retenções tributárias aplicáveis, conforme estabelecido na DIF.

Parágrafo Quinto

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**. Em casos de dispensa ou benefício fiscal que implique em redução ou eliminação da retenção de tributos, o **CONTRATADO** fornecerá todos os documentos comprobatórios.

Parágrafo Sexto

Caso o **CONTRATADO** emita documento fiscal ou equivalente legal autorizado por Estado diferente daquele onde se localiza o estabelecimento do BNDES adquirente do bem e destinatário da cobrança, deverá considerar a condição de não contribuinte do BNDES na emissão da nota fiscal e no recolhimento do diferencial de alíquota do ICMS, se houver.

Parágrafo Sétimo

O documento fiscal ou equivalente legal emitido pelo **CONTRATADO** deverá estar em conformidade com a legislação tributária onde o **CONTRATADO** esteja estabelecido, cuja regularidade fiscal foi avaliada na etapa de habilitação, e com as normas regulamentares aprovadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente

no que tange à retenção de tributos, sob pena de devolução do documento e interrupção do prazo para pagamento.

Parágrafo Oitavo

Ao documento fiscal ou equivalente legal deverão ser anexados:

- I. declaração assinada por um representante legal de que o **CONTRATADO** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- II. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- III. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Nono

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ou equivalente legal ao **CONTRATADO** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Décimo

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Décimo Primeiro

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

Parágrafo Décimo Segundo

Fica assegurado ao **BNDES** o direito de deduzir do pagamento devido ao **CONTRATADO**, por força deste Contrato ou de outro contrato mantido com o **BNDES**, o valor correspondente aos pagamentos efetuados a maior ou em duplicidade.

CLÁUSULA NONA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pelo **CONTRATADO** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia / / , data de apresentação da proposta (Anexo II deste Contrato), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ou outro índice que vier a substituí-lo, sobre o preço referido na Cláusula de Preço deste Instrumento.

Parágrafo Segundo

A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante solicitação do **CONTRATADO**, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado ao **CONTRATADO** nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

- I.** o **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II.** a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e
- III.** com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

Parágrafo Terceiro

Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo ao **CONTRATADO** apresentar as informações solicitadas pelo **BNDES**.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até a prorrogação ou o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias da prorrogação ou do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a

contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;

II. caso a assinatura do aditivo de prorrogação torne superveniente a ocorrência do fato gerador do reajuste, ou a divulgação do índice de reajuste ocorra após a prorrogação ou o encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;

III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e

IV. caso o **CONTRATADO** não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus aos efeitos retroativos ou, caso o Contrato esteja encerrado, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

Parágrafo Quinto

Se o processo de reajuste e/ou revisão de preços não for concluído até o vencimento do Contrato, e este for prorrogado, sua continuidade após o reequilíbrio econômico-financeiro ficará condicionada à manutenção da proposta do **CONTRATADO** como a condição mais vantajosa para o **BNDES**, podendo este:

I. realizar negociação de preços junto ao **CONTRATADO**, de forma a viabilizar a continuidade do ajuste, quando os novos valores fixados após o reajuste e/ou a revisão de preços estiverem acima do patamar apurado no mercado; ou

II. rescindir o Contrato, mediante aviso prévio ao **CONTRATADO**, com antecedência de 30 (trinta) dias, quando resultar infrutífera a negociação indicada no inciso anterior.

Parágrafo Sexto

Na ocorrência da hipótese prevista no inciso II do Parágrafo anterior, o **CONTRATADO** fará jus à integralidade dos valores apurados no processo de reajuste e/ou revisão de preços até o término do Contrato, não podendo, todavia, reclamar qualquer indenização em razão da rescisão do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA – MATRIZ DE RISCOS

O **BNDES** e o **CONTRATADO**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo III deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

Parágrafo Segundo

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA CONTRATUAL (Item I)

O **CONTRATADO** prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, garantia contratual, sob pena de aplicação de penalidade nos termos deste Contrato, observadas as condições para sua aceitação estipuladas nos incisos abaixo, no valor de R\$ ____ (____), que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

I. Caução em dinheiro: deverá ser depositada em favor do **BNDES**, de acordo com as orientações que serão fornecidas quando da referida convocação;

II. Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

a) O Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

a.1) responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas ao **CONTRATADO**;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

III. Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN.

a) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

a.1) renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação do

inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

Parágrafo Primeiro

O prazo previsto para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo **CONTRATADO** durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **BNDES**.

Parágrafo Segundo

Havendo majoração do preço contratado, decorrente de reajuste, repactuação ou revisão de preços causada por alterações na legislação tributária, fica dispensada a atualização da garantia, salvo se o valor da atualização for igual ou superior ao patamar referenciado no inciso II do artigo 91 do Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Terceiro

Nos demais casos que demandem a complementação ou renovação da garantia, tais como alteração do objeto (aditivo quantitativo ou qualitativo), prorrogação contratual, dentre outros, o **CONTRATADO** deverá providenciá-la no prazo estipulado pelo **BNDES**.

Parágrafo Quarto

Sempre que o contrato for garantido por fiança bancária ou seguro garantia, o **CONTRATADO** deve obter do garantidor anuência em relação à manutenção da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo ou recebimento de carta de apostilamento ou aditivo epistolar, conforme o caso. Recusando-se o garantidor a manter a garantia, cabe ao **CONTRATADO** obter nova garantia no mesmo prazo, prorrogável por igual período a critério do **BNDES**.

Parágrafo Quinto

A garantia contratual deverá cobrir:

- I. todas as obrigações decorrentes do objeto contratual, assim como eventuais danos decorrentes de seu descumprimento;
- II. todas as obrigações relacionadas ao objeto principal, ainda que decorrentes de sua manutenção e/ou refazimento, bem como das medidas necessárias à prevenção ordinária de sinistros, prejuízos e danos em geral;
- III. prejuízos decorrentes de atos de corrupção praticados sem participação dolosa do **BNDES** ou de seus representantes;
- IV. prejuízos diretos causados ao **BNDES** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- V. multas moratórias e/ou punitivas aplicadas pelo **BNDES** ao **CONTRATADO**;
- VI. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pelo **CONTRATADO**, quando o objeto contratual demandar cessão de mão de obra com dedicação exclusiva.

Parágrafo Sexto

Em caso de prorrogação da vigência ou alteração do objeto contratual, o **CONTRATADO** deverá notificar a entidade fiadora/seguradora, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da formalização do respectivo Instrumento Contratual.

Parágrafo Sétimo

Por se tratar de garantia contratual prestada em benefício de uma Estatal, caso os documentos de caução, fiança ou seguro façam referência à Lei nº 8.666/1993 e/ou à Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições respectivas da Lei nº 13.303/2016, na que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação e a ausência de impedimentos exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES** ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;
- VI. assumir a responsabilidade integral por quaisquer ônus que venham a ser impostos ao **BNDES** em virtude de documento fiscal que seja emitido em desacordo com a legislação aplicável;
- VII. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se o **CONTRATADO**, quando optante:
 - a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
 - b) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;

VIII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;

IX. obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pelo **BNDES**, para a adequada execução do Contrato;

X. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do **CONTRATADO**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;

XI. apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a convocação, a Declaração de Informações para Fornecimento - DIF, adequadamente preenchida, sob pena de instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade, e de retenção tributária, pelo **BNDES**, nos casos previstos em lei, da alíquota que entender adequada;

- a) as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento – DIF não deverão divergir das constantes do documento fiscal ou equivalente legal;
- b) no caso de subcontratação, o **CONTRATADO** deverá apresentar, ainda, uma DIF para cada subcontratado, devidamente preenchida(s) com os respectivos dados e assinada(s) pelo(s) respectivo(s) representante(s) legal(is).

XII. atender às solicitações do **BNDES** relativas à transição contratual entre o **CONTRATADO** e o seu sucessor na execução dos serviços, prestando todo o suporte, a fim de que o objeto contratado não seja interrompido;

XIII. garantir que o objeto do Contrato não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do **BNDES**, por acusação da espécie, podendo o **CONTRATADO** ser instado a intervir no processo;

XIV. responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES** por parte dos profissionais alocados na execução dos serviços, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**;

XV. devolver recursos disponibilizados pelo **BNDES**, revogar perfis de acesso de seus profissionais, eliminar suas caixas postais e adotar demais providências aplicáveis ao término da vigência deste Contrato;

XVI. fornecer bens novos, sem uso prévio, e entregá-los em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, acompanhados de seus manuais de uso e instalação, estando acondicionados em meio adequado, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e a impedir seu uso ou deterioração até a entrega;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BNDES

O **CONTRATADO** e o **BNDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade

12/24

administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, o **CONTRATADO** obriga-se, inclusive, a:

I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;

III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou empregado do Sistema **BNDES**, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

IV. observar a Política para Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigentes ao tempo da contratação, bem como a Política Corporativa de Integridade do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores, todos os profissionais envolvidos na execução do objeto e eventuais subcontratados pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;

V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;

VI. informar imediatamente ao **BNDES** a ocorrência de potencial situação de conflito de interesses, comunicando na mesma oportunidade as medidas que serão adotadas para o tratamento da questão; e

VII. notificar imediatamente o **BNDES** sobre qualquer investigação ou procedimento iniciado por autoridade governamental relacionado à violação de Leis Anticorrupção (nacional ou estrangeira) e/ou de obrigações da empresa, de seus administradores, diretores, prepostos, empregados, representantes ou terceiros a seu serviço, incluindo subcontratados, referentes a este Contrato.

Parágrafo Segundo

O **BNDES** recomenda, ao **CONTRATADO**, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

Parágrafo Terceiro

Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete ao **CONTRATADO** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BNDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES**, bem como da Política Corporativa de Integridade do Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitados ao Gestor do Contrato.

Parágrafo Quinto

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BNDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na *internet* (www.bndes.gov.br/ouvidoria); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação dos serviços:

- I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;
- II. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;
- III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:
 - a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;
 - b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e
 - c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;

IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato;

V. apresentar, antes do início da prestação dos serviços, Termos de Confidencialidade, conforme minuta constante do Anexo V (Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais) deste Contrato, assinados pelos profissionais que acessarão informações sigilosas, devendo referida obrigação ser também cumprida por ocasião de substituição desses profissionais; e

VI. observar o disposto no Termo de Confidencialidade assinado por seu Representante Legal, constante do Anexo IV (Termo de Confidencialidade para Representante Legal) deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas de boa governança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, inclusive de segurança, e observar que:

I. Eventual tratamento de dados pessoais em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais diretamente pelo **CONTRATADO**, esta será realizada mediante prévia aprovação do **BNDES**, responsabilizando-se o **CONTRATADO** por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. O **CONTRATADO** deverá seguir as instruções recebidas do **BNDES** em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. No caso de tratamento de dados pessoais realizado pelo **CONTRATADO** para cumprimento de suas obrigações legais ou para atendimento de suas próprias finalidades, o **BNDES** não será considerado “Controlador de Dados Pessoais” e, sim, o **CONTRATADO**;

V. Os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual,

sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização do **BNDES**, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI.O CONTRATADO deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII.Os dados deverão ser armazenados de maneira segura pelo **CONTRATADO**, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.

VIII.O CONTRATADO dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula e na Cláusula de Sigilo das Informações, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

IX.O BNDES possui direito de regresso em face do **CONTRATADO** em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X.O CONTRATADO deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais.

XI.O CONTRATADO deverá informar imediatamente ao **BNDES** todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pelo **BNDES** e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII.O CONTRATADO deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pelo **BNDES**, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

XIII.Qualquer incidente ao qual o **CONTRATADO** tiver dado causa e que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado ao **BNDES**, informando-se também todas as providências

adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo ao **CONTRATADO** disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

XIV. Ao final da vigência do Contrato, o **CONTRATADO** deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

Parágrafo Primeiro

As Partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, o **BNDES** será considerado “Controlador de Dados”, e o **CONTRATADO** “Operador” ou “Processador de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso o **CONTRATADO** descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções do **BNDES**, será equiparado a “Controlador de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

Parágrafo Segundo

Cada uma das Partes será controladora independente, para os fins desse **CONTRATO**, cabendo definir individualmente as bases legais apropriadas e diretrizes para as operações de tratamento, em relação aos seguintes dados pessoais: (i) que vierem a coletar diretamente junto aos respectivos titulares, desde que essa operação de tratamento se dê com base em suas próprias decisões; (ii) oriundos de suas próprias bases de dados; e (iii) relativos ao seu corpo de colaboradores, funcionários e/ou prepostos envolvidos para a regular execução deste Contrato.

Parágrafo Terceiro

Caso o **CONTRATADO** disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no *caput* desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que o **BNDES** venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte do **CONTRATADO**, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações do **BNDES**, sem prejuízo das penalidades deste Contrato.

Parágrafo Quarto

A assinatura deste Contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada ao **CONTRATADO**, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pelo **BNDES**, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pelo **BNDES** dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

Parágrafo Quinto

Os representantes legais signatários do presente autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de licitação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de publicidade das contratações administrativas no site institucional do **BNDES** e em cumprimento à Lei nº 12.527/ 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Parágrafo Sexto

As partes comprometem-se a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como informar aos titulares dos dados pessoais mencionados no presente instrumento, para as finalidades descritas no parágrafo acima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

- I. realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestor do Contrato, José Nogueira D'Almeida Junior, que atualmente exerce a função de coordenador de serviços da ATI/DESET/GEAT, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução dos serviços, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. designar, como substituto do Gestor do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, Gustavo Medeiros Soares, que atualmente exerce a função de coordenador de serviço da ATI/DESET/GEAT;
- IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e/ou o seu substituto, por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;
- V. designar o Fiscal do Contrato que auxiliará o Gestor do Contrato no acompanhamento, na fiscalização e na avaliação da execução do objeto;
- VI. designar a Comissão de Recebimento, a quem caberá o recebimento do objeto, em conjunto com o Gestor do Contrato;
- VII. fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, acesso ao Código de Ética do Sistema **BNDES**, da Política Corporativa de Integridade do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VIII. colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato; e
- IX. comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:

- a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
- b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
- c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EQUIDADE DE GÊNERO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

O **CONTRATADO** deverá comprovar, sempre que solicitado pelo **BNDES**, a inexistência de decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos, pelo próprio **CONTRATADO** ou dirigentes, administradores ou sócios majoritários, que importem em discriminação de raça, etnia ou gênero, exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil ou prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão, e/ou de sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou, ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, violência contra a mulher, idoso ou pessoa com deficiência ou importem em crime contra o meio ambiente ou proveito criminoso da prostituição.

Parágrafo Primeiro

Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória, nos termos referidos no *caput* desta Cláusula, a execução do objeto contratual poderá ser suspensão pelo **BNDES** até a comprovação do cumprimento da reparação imposta ou da reabilitação do **CONTRATADO** ou de seus dirigentes, conforme o caso.

Parágrafo Segundo

A comprovação a que se refere o *caput* desta Cláusula será realizada por meio de declaração, sem prejuízo da verificação do sistema informativo interno do **BNDES** – Sistema de Gerenciamento do Cadastro de Entidades (N02), acerca da inexistência de sanção em face do **CONTRATADO** e/ou de seus dirigentes, administradores ou sócios majoritários que impeça a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que o **CONTRATADO** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo, por conseguinte, jus ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Terceiro

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa, de acordo com o Anexo I (Termo de Referência); e
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

Parágrafo Primeiro

As penalidades serão aplicadas observadas as normas do Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá requerer a reconsideração para a decisão de advertência, ou interpor o recurso cabível para as demais penalidades, na forma e no prazo previstos no Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Terceiro

A imposição de penalidade prevista nesta Cláusula não impede a extinção do Contrato pelo **BNDES**, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula de Extinção do Contrato.

Parágrafo Quarto

A multa poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Sétimo

A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta prevista no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema BNDES não importa em renúncia às penalidades prevista neste Contrato e no Anexo I (Termo de Referência).

Parágrafo Oitavo

A sanção prevista no inciso III desta Cláusula também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o **BNDES** em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência (Anexo I deste Contrato).

Parágrafo Primeiro

Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

Parágrafo Segundo

A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no Parágrafo anterior, deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Instrumento e na legislação vigente.

Parágrafo Terceiro

As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento, os ajustes necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do Contrato e alterações de preços decorrentes decorrente de reajuste, repactuação ou revisão de preços causada por alterações na legislação tributária, que poderão ser celebrados por meio epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, e ainda:

I. consensualmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do **BNDES**, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;

II. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste instrumento ou em seus anexos;

III. na ausência de liberação, por parte do **BNDES**, de área, local ou objeto necessário para a sua execução, nos prazos contratuais;

IV. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita do **BNDES**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

V. quando for decretada a falência do **CONTRATADO**;

VI. caso o **CONTRATADO** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;

VII. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;

VIII. caso o **CONTRATADO** seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;

IX. em função da suspensão do direito de o **CONTRATADO** licitar ou contratar com o **BNDES**;

X. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pelo **CONTRATADO** no processo de contratação ou por

ocasião da execução contratual;

XI. em razão da dissolução do **CONTRATADO**;

XII. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato.

Parágrafo Primeiro

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo

Os casos de extinção contratual convencionados no *caput* desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente Contrato:

Anexo I - Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 016/2026 - BNDES

Anexo II - Proposta

Anexo III - Matriz de Risco

Anexo IV - Termo de Confidencialidade para Representante Legal

Anexo V - Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais

Anexo VI - Minuta de Termo de Confidencialidade para Subcontratação

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As partes consideram, para todos os efeitos, a data da última assinatura digital como a data de formalização jurídica deste instrumento.

As folhas deste contrato foram conferidas por Stella Marques Macedo, advogada do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

CONTRATADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 - BNDES

ANEXO IV - MATRIZ DE RISCOS

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco Atinente Ao Tempo da Execução	Atraso na entrega dos 85 kits (importação/logística) ou na instalação física nas salas por culpa do Contratado.	Atraso no cronograma de modernização das salas e indisponibilidade do serviço para os usuários.	Exigência de cronograma detalhado; Aplicação de Glosa (0,5% ao dia) e Multas contratuais; Acompanhamento fiscalizatório rigoroso.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução próprios do risco ordinário (ex: falta de componentes no mercado, greve de alfândega).	Atraso na entrega e aumento do custo operacional da contratada.	Planejamento de estoque e logística pela Contratada; Previsão de prazos realistas no Edital (60 dias).	Contratado
	Atraso na liberação das salas pelo BNDES ou infraestrutura inadequada (falta de ponto de rede/elétrica) que impeça a instalação.	Aumento do custo do serviço (equipe parada) e prorrogação de prazos.	Realização de Vistoria Técnica (facultativa) pela licitante; Garantia de infraestrutura pronta pela Área Demandante antes da ordem de serviço.	BNDES
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário ou erro na avaliação da hipótese de incidência tributária (especialmente na importação de TI).	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário da empresa; Exigência de regularidade fiscal para pagamentos.	Contratado
	Variação da taxa de câmbio (Dólar) afetando o custo de importação dos equipamentos e o custo das licenças Microsoft.	Diminuição da margem de lucro do Contratado (pois o preço é fixo em Reais).	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge) por parte da Contratada;	Contratado
	Elevação dos custos operacionais (mão de obra técnica, deslocamento, insumos) para a execução dos serviços de instalação e garantia on-site.	Desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.	Previsão de repactuação/reajuste apenas para a renovação das licenças. (para o hardware, o preço é fixo).	BNDES
	Descontinuidade do modelo de equipamento ofertado pelo fabricante durante a vigência do contrato (End-of-Life).	Impossibilidade de substituição por item idêntico em caso de garantia.	Exigência de que o produto esteja em linha de produção na data da proposta; Obrigação de substituir por modelo equivalente ou superior em caso de descontinuidade.	Contratado
Risco Técnico e Operacional	Falha na ativação ou mau funcionamento das licenças Microsoft Teams Rooms.	Inoperância das salas de reunião e prejuízo à atividade fim do BNDES.	Penalidades rigorosas por interrupção de serviço.	Contratado
	Danos acidentais aos equipamentos (quedas, líquidos) durante o uso pelo BNDES.	Custo inesperado de reposição de hardware.	Inclusão de cobertura de seguro para danos acidentais na Garantia (limitada a 10% do parque).	Contratado (até o limite de 10%) / BNDES (excedente)
Risco Tributário e Fiscal	Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido ou ausência de recolhimento tributário.	Débito ou crédito tributário ou fiscal.	Retenção de pagamento e compensação com valores devidos; Verificação rigorosa das Notas Fiscais.	Contratado

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 - BNDES
ANEXO V – MODELOS DE DECLARAÇÃO

MODELO A

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO E DE
CONTRATAÇÃO**

_____, CNPJ nº ____, sediada em _____, por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, a inexistência de impedimentos normativos à contratação com o BNDES ou suas subsidiárias¹, declarando ainda que:

- I.** em relação ao art. 38 da Lei n.º 13.303/2016:
- a)** não possui administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado do BNDES ou de suas subsidiárias;
 - b)** não está cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES ou com suas subsidiárias;
 - c)** não foi declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - d)** não possui sócio ou administrador que seja sócio de outra empresa que está suspensão, impedida ou declarada inidônea;
 - e)** não possui sócio ou administrador que tenha sido sócio ou administrador de outra empresa suspensão, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - f)** que não tem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
 - g)** que não possui sócio que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o BNDES ou suas subsidiárias há menos de 6 (seis) meses; e
 - h)** não possui administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar, até o terceiro grau civil, de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do BNDES.
- II.** não está proibido de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou

¹ BNDES Participações S/A – BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME

empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público²;

- III. em relação ao art. 48 da Lei n.º 13.303/2016, quando se tratar de obras e serviços de engenharia:
 - a) não elaborou o anteprojeto ou o projeto básico da licitação e/ou contratação, isoladamente ou por meio de consórcio; e
 - b) não possui administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante, que tenha sido autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação e/ou da contratação.
- IV. em relação à Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do Sistema BNDES (Res. CA nº 04/2024 - BNDES)³, inexistência de decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos, pela sociedade ou por seus dirigentes, que importem em discriminação de raça, etnia ou gênero, exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil ou prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão, e/ou de sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, violência contra a mulher, idoso ou pessoa com deficiência, ou importem em crime contra o meio ambiente ou proveito criminoso da prostituição;
- V. em relação à Política para Transações com Partes Relacionadas (Res. CA nº 17/2023 – BNDES):
 - a) não é controlada por Superintendente, Diretor ou membro de Órgão previsto no estatuto social das empresas do Sistema BNDES;
 - b) não é controlada por cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o 2º grau, de qualquer pessoa referida no inciso (i) acima;
- VI. em relação à Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo do Sistema BNDES (Res. CA nº 102/2024 – BNDES), que:
 - a) atua em estrita conformidade com a Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo do Sistema BNDES (PPLDT);

² Este inciso alcança todas as sanções de impedimento de licitar e contratar previstas nos demais dispositivos legais, tais como as decorrentes da Lei nº 8.429/1992, da Lei nº 9.605/1998, da Lei nº 9.504/1997 e as decorrentes de práticas lesivas à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013.

³ Disponível em <https://ri.bndes.gov.br/governanca-corporativa/estatutos-codigo-e-politicas>.

- b) não está envolvido, direta ou indiretamente, em quaisquer atividades ilícitas, incluindo, mas não se limitando a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo ou proliferação de armas de destruição em massa;
- c) não é alvo de sanções internacionais, especialmente aquelas previstas pela Lei nº 13.810/2019 e monitoradas em conformidade com normativos vigentes;
- d) compromete-se a colaborar com quaisquer diligências solicitadas pelo BNDES para fins de PLDFT, mantendo total transparência e fornecendo informações ou documentos adicionais sempre que necessário.

- VII.** não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos;
- VIII.** compromete-se a informar ao BNDES, a qualquer tempo, a alteração das condições declaradas acima;
- IX.** está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- X.** não designará, para a execução dos serviços ora contratados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou dirigente do Sistema BNDES.

Local, data.

Assinatura do representante legal.

MODELO B

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA FORNECIMENTO – DIF

Instruções para Preenchimento:

- 1) Antes de começar a preencher, favor ler a aba Instruções Gerais deste arquivo;
- 2) Preencher apenas os campos hachurados em azul. O restante da planilha está bloqueado;
- 3) Cada campo tem comentários para auxiliar o preenchimento. Passe o mouse para acessar os comentários;
- 4) Preencher uma DIF para cada unidade econômica do fornecedor (matriz e/ou filiais), que vierem a efetivamente fornecer o produto e/ou prestar o serviço. Nesse caso, os documentos de cobrança deverão ser emitidos por estas unidades econômicas; e
- 5) Preencher uma DIF para cada subcontratado do fornecedor que emitir documentos de cobrança contra o BNDES.

1) CONTRATANTE

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Endereço: Avenida República do Chile, 100, Centro, CEP 20031-917

CNPJ: 33.657.248/0001-89
Inscr. Mun.: 047.146-1
Rio de Janeiro - RJ

2) DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR OU DO(S) SUBCONTRATADO(S)

☐ FORNECEDOR ☐ SUBCONTRATADO

Razão Social/Nome:

Endereço Completo:

DADOS*	PESSOA JURÍDICA		PESSOA FÍSICA
CNPJ/CPF			
NIT/PIS/PASEP			
Natureza Jurídica			
Entidade Sem Fins Lucrativos	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Entidade Beneficente de Assistência Social	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
CÓDIGO CNAE(i) - Atividade Principal / N° CBO(ii)			
CÓDIGO CNAE da Atividade do fornecimento:			
Inscrição Estadual			
Inscrição Municipal			
Código CFOP(iii)			
Classificação NCM(iv)			
Optante SIMPLES NACIONAL	<input type="checkbox"/> Optante	<input type="checkbox"/> Não optante	
Optante pelo SIMEI(v)	<input type="checkbox"/> Optante	<input type="checkbox"/> Não optante	

(i) CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas; (ii) CBO - Classificação Brasileira de Ocupações; (iii) CFOP - Código Fiscal de Operações e Prestações; (iv) NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul; e (v) SIMEI - Sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI).

3) OBJETO DO FORNECIMENTO

☐ PRODUTO ☐ SERVIÇO ☐ PRODUTO E SERVIÇO

OBJETO:

4) CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

PRODUTO/SERVIÇO	VALOR BRUTO (R\$)	MUNICÍPIO(S) DA ENTREGA E/OU PRESTAÇÃO
PRODUTO		
SERVIÇO		
TOTAL	-	

Valor Bruto é o valor referente ao escopo desta DIF, sem nenhuma dedução de tributos. Não considerar valores de fornecimento de outras unidades econômicas ou subcontratações.

☐ Subcontratação (para os casos permitidos na Lei 8.666/93) N° de subcontratações: ☐

TIPO DE DOCUMENTO A SER ENCAMINHADO*:

NF ☐ NF-e ☐ NFS-e ☐ DANFE ☐ RPCI ☐ RECIBO ☐ OUTROS ☐ QUAIS? _____

* As siglas mencionadas neste campo têm o significado a seguir: (i) NF - Nota Fiscal; (ii) NF-e - Nota Fiscal Eletrônica; (iii) NFS-e - Nota Fiscal de Serviço Eletrônica; (iv) DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica; e (v) RPCI - Recibo de Pagamento a Contribuinte Individual (antigo RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo).

5) INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

Diretrizes básicas para preenchimento:

1) IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS:

- 1.1) Observar o art. 34 da Lei nº 10.833/03, que trata da obrigação das empresas públicas (BNDES) em efetuar as retenções na fonte, a que se referem o art. 64 da Lei nº 9.430/96; e
- 1.2) Observar a IN RFB nº 1.234/12.

2) RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA (INSS) - aplicável aos casos de cessão de mão-de-obra ou empreitada:

- 2.1) Observar a IN RFB nº 971/09, em especial a partir do art. 112, bem como o art. 7º da Lei nº 12.546/11; e
- 2.2) Observar a CNAE da atividade principal, bem como a CNAE da atividade relacionada à prestação do serviço (CNAE principal ou secundário).

3) ISS:

- 3.1) Observar a Lei Complementar (LC) nº 116/03, em especial a regra geral contida no caput do art. 3º, que o ISS é devido "no município do estabelecimento do prestador do serviço";
- 3.2) Verificar se a categoria de serviço prestado se enquadra nas exceções previstas no art. 3º da LC nº 116/03, em que o ISS é devido no "local da prestação";
- 3.3) Consultar os regulamentos de ISS específicos de cada município do(s) local(is) da prestação do serviço, tendo em vista a previsão contida no art. 6º da LC nº 116/2003, especialmente o regulamento do município competente para a cobrança do ISS; e
- 3.4) Considerar os registros nos cadastros municipais de empresas prestadoras de outros municípios, se aplicável (verificar CEPOM/Rio de Janeiro).

4) SIMPLES NACIONAL, ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS e ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- 4.1) Optante pelo Simples Nacional (salvo os serviços de construção civil, paisagismo, vigilância, limpeza ou conservação, e serviços advocatícios) ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção da Contribuição Previdenciária (INSS), (conforme art. 18, § 5º-C da LC 123/06 ou art. 149 da IN RFB nº 971/09, respectivamente); e
- 4.2) Optante pelo Simples Nacional, Entidade Sem Fins Lucrativos ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção dos Tributos Federais (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), observado o art. 6º da IN RFB nº 1.234/12, devendo enviar a declaração prevista no Anexo II, III ou IV; conforme enquadramento. No caso de Entidade Beneficente de Assistência Social, que atue nas áreas da saúde, da educação e/ou da assistência social, será necessário adicionalmente enviar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme art. 6º, § 6º e 7º da IN RFB 1.234/12, alterada pela IN RFB 1.540/15. Nos termos do § 7º do art. da 6º da IN RFB nº 1.243/2012, não serão aceitos comprovantes de protocolos de requerimento de concessão ou renovação do CEBAS.

ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DOS PRODUTOS A SEREM FORNECIDOS

Preencher os valores dos produtos/mercadorias faturados diretamente contra o BNDES

TRIBUTOS	VALOR DO PRODUTO R\$ (A)	BENEFÍCIO FISCAL MARQUE COM "X" (B)		BASE DE CÁLCULO R\$ (C)	ALÍQUOTA % (D)	VALOR A SER RETIDO R\$ E = (C x D)	BASE LEGAL DO BENEFÍCIO FISCAL (SE APLICÁVEL)
		SIM	NÃO				
IRPJ		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
CSLL		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		1,00%		
PIS/PASEP		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		0,65%		
COFINS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		3,00%		
ICMS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				

Observação 1: O BNDES **NÃO** é contribuinte do ICMS, por isso, **NÃO** se aplicam alíquotas interestaduais.

Observação 2: Se o fornecimento implicar em produtos que estejam sujeitos a enquadramentos tributários distintos, preencha uma DIF para cada caso.

ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

Conferir o enquadramento do serviço na LC nº 116/03 (campos "COD LC 116/03" e "DESCRIÇÃO"), e informar a inscrição no Cadastro de Empresas Prestadoras de Outros Municípios - CEPOM/Rio de Janeiro, se aplicáveis:

COD LC 116/03	DESCRIÇÃO	COD CEPOM/RJ

Enquadrar o serviço como cessão de mão de obra / empreitada:

Marque com "X" as respostas ao lado das quatro perguntas a seguir, para determinação de existência de retenção previdenciária.

- a) Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Anexo I? (veja aba "Anexos I e II" deste arquivo)
- b) Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Anexo II? (veja aba "Anexos I e II" deste arquivo)
- c) Os serviços serão prestados nas dependências do BNDES ou em local por ele estabelecido?
- d) Os serviços contratados são de necessidade contínua do BNDES?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

Se as respostas "a" e "c" forem SIM, haverá retenção previdenciária.

Se as respostas "b", "c" e "d" forem SIM, haverá retenção previdenciária.

Caso não sejam satisfeitas as combinações acima, não haverá retenção previdenciária.

De acordo com as respostas acima, haverá retenção previdenciária? (conforme IN RFB nº 971/2009)

Preencher com os valores referentes aos serviços faturados diretamente contra o BNDES

TRIBUTOS	VALOR DO SERVIÇO R\$ (A)	BENEFÍCIO FISCAL MARQUE COM "X" (B)		BASE DE CÁLCULO R\$ (C)	ALÍQUOTA % (D)	VALOR A SER RETIDO R\$ E = (C x D)	BASE LEGAL DO BENEFÍCIO FISCAL (SE APLICÁVEL)
		SIM	NÃO				
IRPJ		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
CSLL		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		1,00%		
PIS/PASEP		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		0,65%		
COFINS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		3,00%		
ICMS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
ISS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
INSS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				

Observação 1: O BNDES **NÃO** é contribuinte do ICMS, **NÃO** se aplicando a alíquota interestadual.

Observação 2: Se o fornecimento implicar em serviços que estejam sujeitos a enquadramentos tributários distintos, preencha uma DIF para cada caso.

Declaro para os devidos fins que são verdadeiras todas as informações aqui prestadas ao contratante pelo que me responsabilizo civil e criminalmente, bem como que a apresentação desta declaração não dispensa a minha obrigação como fornecedor/subcontratado de apresentar outras declarações eventualmente exigidas pela legislação.

Nome: CPF: Função na Empresa:

Local e data: de de

Assinatura do representante legal do fornecedor / subcontratado

Contador: CRC:

Assinatura do contador do fornecedor / subcontratado

MODELO C

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À GARANTIA

Referência: (número da Licitação)

Data: __/__/2026

Empresa: (nome da Licitante)

Declaro, na qualidade de representante legal da empresa _____, que esta contratará, junto ao(s) fabricante(s) dos equipamentos a serem fornecidos, a garantia, nas condições definidas no Anexo I ao Edital, a serem prestados através da rede de assistência técnica autorizada pelo(s) fabricante(s) em território nacional, descrita abaixo, para todo o material e equipamentos fornecidos.

_____ (relação de assistências técnicas) _____

Os chamados deverão ser abertos através dos telefones: ____ (relação de telefones) ____

Ou através dos e-mails: ____ (relação de e-mails) ____

_____ (nome e assinatura) _____
Nome completo, telefone e e-mail

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 - BNDES
ANEXO VI – MINUTAS DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

MODELO A

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PARA
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

(Identificação da empresa – CNPJ, Razão Social, etc)
por intermédio de seu representante legal, _____
(identificação do representante legal – Nome e CPF)
_____, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**,
se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, a tratar adequadamente os dados pessoais e
a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco
Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento
Industrial S.A. FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO**
SISTEMA BNDES, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às
EMPRESAS DO SISTEMA BNDES – Contrato OCS nº ____/____, celebrado
em ____/____/____, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS**
DO SISTEMA BNDES, que podem e devem ser conceituadas como segredo de
indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob
qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se
incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do
RESPONSÁVEL, sem a expressa e escrita autorização do representante legal
signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do contrato OCS nº _____/_____.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº _____/_____, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº ____/____, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, dados pessoais, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial, dado pessoal a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº ____/____, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a tratar os dados pessoais que tiver acesso em razão de seu relacionamento com as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** unicamente para as finalidades informadas e/ou autorizadas e se o tratamento fundamentar-se em uma das situações previstas no art. 7º ou 11 da LGPD, observando a [Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais do Sistema BNDES](#) (PCPD) e a [Política Corporativa de Segurança da Informação do Sistema BNDES](#) (PCSI), ambas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, bem como o seguinte:

- a) Os dados pessoais sensíveis só poderão ser compartilhados com terceiros nas hipóteses previstas na legislação de proteção de dados pessoais, quando houver, por exemplo, o consentimento específico do titular de dados pessoais, quando necessário ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, à execução de política pública, ao exercício regular de direito e para garantia da prevenção à fraude e da segurança do titular de dados pessoais.
- a.1) São entendidos como dados pessoais sensíveis, nos termos do inciso III do artigo 7º da LGPD, os dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico; e
- b) O **RESPONSÁVEL** deve comunicar, sem prejuízo de tomar outras medidas indicadas na PCSI, prontamente, sobre qualquer incidente com dados pessoais, aos quais teve acesso em razão da assinatura deste Termo, inclusive sobre o vazamento de dados pessoais.

CLÁUSULA SÉTIMA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação, bem como do **RESPONSÁVEL**, no que for cabível.

CLÁUSULA OITAVA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

CLÁUSULA NONA

O **RESPONSÁVEL** se compromete no âmbito do Contrato objeto do presente Termo, a apresentar às **EMPRESAS DO BNDES** declaração individual de adesão e aceitação das cláusulas do **Termo de Confidencialidade para Profissionais Terceirizados**, de

cada integrante ou participante da equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº ____/____.

DE ACORDO,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20____.

RESPONSÁVEL

MODELO B

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PARA PROFISSIONAIS

(identificação – Nome e CPF), doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, compromete-se, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, a tratar adequadamente os dados pessoais e a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** – Contrato OCS nº ____/____, celebrado em ____/____/____, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por empresa que preste serviço às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do contrato OCS nº _____/_____.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham a ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº _____/_____, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº _____/_____, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a

este relacionada, dados pessoais, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial e dados pessoais a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA SEXTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso em razão do Contrato OCS nº ____/_____, com as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** unicamente para as finalidades informadas e/ou autorizadas e se o tratamento fundamentar-se em uma das situações previstas no art. 7º ou 11 da LGPD, observando a [Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais do Sistema BNDES](#) (PCPD) e a [Política Corporativa de Segurança da Informação do Sistema BNDES](#) (PCSI), ambas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, bem como o seguinte:

- a) Os dados pessoais sensíveis só poderão ser compartilhados com terceiros nas hipóteses previstas na legislação de proteção de dados pessoais, quando houver, por exemplo, o consentimento específico do titular de dados pessoais, quando necessário ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, à execução de política pública, ao exercício regular de direito e para garantia da prevenção à fraude e da segurança do titular de dados pessoais.
 - a.1) São entendidos como dados pessoais sensíveis, nos termos do inciso III do artigo 7º da LGPD, os dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter

religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico; e

- b) O RESPONSÁVEL deve comunicar, sem prejuízo de tomar outras medidas indicadas na PCSI, as EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, prontamente, sobre qualquer incidente com dados pessoais, aos quais teve acesso em razão da assinatura deste Termo, inclusive sobre o vazamento de dados pessoais.

CLÁUSULA SÉTIMA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA OITAVA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº ____/____, e abrangem as informações presentes e futuras.

DE ACORDO,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20____.

RESPONSÁVEL

MODELO C

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL DO SUBCONTRATADO

_____, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão de sua contratação pela sociedade _____ para a prestação de parcela(s) dos serviços do Contrato OCS nº ____/____ (SRM _____) às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº ____/____.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº ____/____, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº ____/____, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº ____/____, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e a sociedade _____ e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Representante Legal do Subcontratado:

MODELO D

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA VISTORIA

_____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____,
por _____ seu _____ representante _____ legal,
Sr(a) _____

_____, (*Qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão, Identidade, CPF*), doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - **BNDESPAR** e Agência Especial de Financiamento Industrial - **FINAME**, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão de vistoria nas instalações do **BNDES** prevista no item _____ do Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2026 - **BNDES**, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;

III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados, obtidos ou produzidos durante a vistoria aludida na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente por representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término da vistoria aludida na Cláusula Primeira, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso durante a vistoria.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos na vistoria aludida na Cláusula Primeira, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das Cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da vistoria aludida na Cláusula Primeira, e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Representante Legal da Sociedade:

(assinatura)

Nome: _____

Cargo/Função: _____

CPF: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Documento de Identidade (número, data, emissor): _____